



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO  
Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.seplan.gov.br>

## EDITAL Nº 8/2026

Processo nº 00510028.004278/2025-91

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2026

**CONTRATANTE:**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.

**UASG: 925553**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA E A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO PROJETO CENTROS COMUNITÁRIOS PELA VIDA - CONVIVE, NA CIDADE DE NATAL/RN, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - NOVO PAC, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 31.03.2026, às 14:00h (Horário Brasília).**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO GLOBAL

**REGIME DE EXECUÇÃO:**

CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

SIM

**LOCAL DA SESSÃO:**

<https://www.gov.br/compras/pt-br>

**EDITAL E ANEXOS**

Retirada dos anexos que integram este Edital será através do Portal Nacional de Contratações Públicas - <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

**SUMÁRIO**

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. GARANTIAS
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
15. SUBCONTRATAÇÃO
16. MEDIÇÕES, PAGAMENTOS, CRITÉRIOS DE REAJUSTE E RECEBIMENTO DO OBJETO

## 17. DO ORÇAMENTO

## 18. DO TERMO DO CONTRATO

## 19. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

## 20. MODELO DE EXECUÇÃO/ENTREGA DO OBJETO

## 21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

## 20. ANEXOS

### PROJETO BÁSICO

### MINUTA DO CONTRATO

### DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

1. **DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
  2. **DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE ATESTE O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE EDITAL**
  3. **DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**
  4. **DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO**
  5. **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS**
- **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**
  - **DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7 DA CF - QUE ATENDERÁ, NA DATA DA CONTRATAÇÃO AO ARTIGO 5º C E SE COMPROMETE A NÃO DISPONIBILIZAR EMPREGADO COM VEDAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 5º D, LEI FEDERAL Nº 6.019/1974.**
  - **CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**
  - **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

## EDITAL

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO, Órgão integrante da Administração Pública Direta, por meio da sua Comissão de Contratação, instituída através da Portaria SEI Nº 125, de 30 de junho de 2025, sediada na BR 101 Km 0, Lagoa Nova, Centro Administrativo Estado, Natal/RN, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA** do tipo Menor Preço Global, no regime Semi-Integrada - Empreitada por Preço Global, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital será publicado em resumo no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União e no Portal <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, a versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico: Portal Compras RN e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados em até 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura do certame, através do Portal de Compras do governo federal, plataforma oficial do certame, mencionada supra, e subsidiariamente, em caso de problema técnico, pelo e-mail para o endereço eletrônico: [cecseplanrn@gmail.com](mailto:cecseplanrn@gmail.com) em horário comercial das 08:00hs às 17:00hs, indicando no preâmbulo da mensagem o CNPJ, Razão Social, número do Edital e nome do representante solicitante, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física e disponibilizar as informações (endereço completo, telefone e e-mail) para envio de resposta.

## 1. DO OBJETO

1.1 Contratação semi-integrada de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para elaboração do projeto executivo de engenharia e a execução da obra de construção de uma unidade do Projeto Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, na cidade de Natal/RN, no âmbito do programa de aceleração do crescimento - Novo PAC, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Todas as condições, quantidades e exigências estão estabelecidas neste Edital e seus anexos que são parte integrantes do processo.

1.3 A licitação será realizada por item único.

1.4 Havendo divergência nas informações dos anexos **prevalecem os critérios do edital**.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. **Poderão participar** desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 **Não** poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

- 2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.5.12 Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.5.13 Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- 2.5.14 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- 2.5.15 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
- 2.5.16 Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011.
- 2.6 O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9 O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.11 A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.12 Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. Quando for o caso, o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 3.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

- 3.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário, conforme o caso, e total do item;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico / Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1 A partir do horário previsto neste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 5.2 A verificação da conformidade das propostas com as especificações técnicas ou com quaisquer outras exigências deste edital será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, após a fase de lances, e assim sucessivamente com relação às demais propostas.
- 5.3 Os lances deverão ser ofertados pelo MENOR PREÇO sobre o valor estimado para a licitação.
- 5.3.1 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.3.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.3 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.3.4 O Agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 5.3.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 5.4 Será adotado para o envio de lances na presente licitação o modo de disputa aberto.
- 5.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.7 No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.8 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação da licitação: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 5.9 Quando for o caso, após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 5.9.1 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- 5.9.2 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 5.10 Serão desclassificadas as propostas que, após decorrida a fase da oferta dos lances, permanecerem com preços excessivos, assim considerados aqueles superiores ao valor-limite estabelecido pelo EDITAL.
- 5.11 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.11.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.11.2 Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e registrado em ata e anexado aos autos do processo licitatório.

#### **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1 O Agente de contratação solicitará, por meio do sistema eletrônico, ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta, em arquivo EXCEL, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, bem como os documentos de habilitação, em arquivo PDF, observada, exclusivamente quanto à proposta de preços, a regra contida no item 9.1 e 9.12.1
- 6.1.1 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, o seu formulário de proposta de preços, indicando Valor Total estimado para a execução da obra e serviços.

- 6.1.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, BDI, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.1.4 Para fins de aferição da tempestividade do envio dos documentos, o prazo previsto no item 6.1 será contado a partir da convocação do anexo pelo sistema e não serão considerados os segundos.
- 6.1.5 Com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, e em consonância com o princípio da razoabilidade, é facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, antes de findo o prazo, e mediante justificativa aceita pelo Agente de contratação.
- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam o licitante vencedor.
- 6.3 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
- 6.3.1 Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, preponderará o prazo determinado neste subitem para efeito de julgamento.
- 6.4 Especificamente no que toca à proposta de preços ou às planilhas de custos, o Agente de contratação poderá, com vistas a obter o melhor preço e atento à razoabilidade e à proporcionalidade, solicitar e/ou permitir a correção de erros materiais ou de preenchimento, inclusive dos preços unitários, vedada, em qualquer hipótese, a majoração do valor global final ofertado pelo licitante.
- 6.4.1 Para os fins de que trata o item 6.4, o Agente de contratação poderá conceder oportunidades de correção, em prazos que reputar razoáveis, não superiores a 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.5 A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no item 6.1 deste Edital.
- 6.6 A autenticidade dos documentos extraídos diretamente de sítios na internet será verificada pelo Agente de contratação e sua equipe de apoio, que farão os devidos registros nos autos do procedimento licitatório.
- 6.6.1 No caso de impossibilidade de verificação da autenticidade nos termos do item anterior, poderá ser exigida declaração firmada por representante legal do licitante de que toda a documentação apresentada na presente licitação, sob as penas da lei, é verdadeira.
- 6.7 O Formulário da Proposta de Preços e declarações deverão conter assinatura digital, sendo permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), nos termos da lei.
- 6.8 Anexados os documentos solicitados, nos termos do item 6.1 deste Edital, a sessão será suspensa para análise das condições de participação e, em não havendo qualquer restrição impeditiva de participação, será verificada a adequação da proposta e dos documentos de habilitação aos termos do Edital e seus anexos.
- 6.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, sendo o única responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua própria desconexão, inclusive no que tange às disposições do subitem anterior.
- 6.10 O Agente de contratação comunicará, por meio do chat, os principais atos de procedimento, em especial os que possam acarretar a necessidade de manifestação dos interessados, bem como informará, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, o momento em que será declarado o vencedor.
- 6.11 Para os demais casos, as comunicações serão feitas por contato via e-mail, motivo pelo qual os licitantes deverão manter atualizados seus dados no Sistema de Compras do Governo Federal.

## **7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e nos itens 3 e 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, **semi-integrada** ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, independentemente do regime de execução.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos

Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Se a proposta ou a oferta de menor lance não for aceitável, o agente de contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda às disposições do Edital.

## 8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 O Agente de contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira.

8.1.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar a respectiva documentação atualizada, nos termos do item 7.1.1 deste Edital.

8.1.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de contratação e equipe de apoio lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.1.3 Quando for o caso, será assegurado prazo para a regularização da documentação dos licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2 A documentação relativa à habilitação dos licitantes será verificada no SICAF pelo Agente de contratação e equipe de apoio. Havendo alguma pendência, ou em caso de ausência de documento, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, à Qualificação Econômico-Financeira e à Qualificação Técnica:

### 8.3 Habilitação jurídica:

8.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2 No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual;

8.3.3 No caso de sociedade empresária, inclusive a unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 No caso de licitante estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

8.3.6 Quando o signatário da proposta, do contrato ou instrumento equivalente e dos demais documentos for pessoa que não conste do ato constitutivo do licitante, este deverá fazer-se representar por meio de procuração ou carta dirigida ao Agente de contratação, contendo os dados relativos à identificação do representante.

8.3.6.1 O não envio da procuração ou da carta mencionadas no subitem anterior não será motivo de inabilitação do licitante, desde que este apresente o documento quando solicitado pelo Agente de contratação.

### 8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito (ou positivas com efeito de negativas), ressalvada a hipótese do licitante não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte;

8.4.4 Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio Grande do Norte, a Certidão Negativa de ICMS ou a Certidão para não contribuintes do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto com a Certidão emitida pela Procuradoria da Dívida Ativa, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 033 de 24 de novembro de 2004 (a regularidade também poderá ser demonstrada através de certidões positivas com efeito de negativas);

8.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

### 8.5 Qualificação Econômico-Financeira

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, emitida até 90 (noventa) dias da data da licitação, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC), e Solvência Geral (ISG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes formulas:

$$ISG = AT : ( PC + ELP )$$

$$ILG = ( AC + RLP ) : ( PC + ELP )$$

$$ILC = AC : PC$$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

8.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **8.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.6.1. A Contratada deverá comprovar de forma objetiva, conforme art. 67 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sua capacidade técnico-operacional e técnico-profissional apresentando a seguinte documentação:

8.6.1.1 Registro da Pessoa Jurídica da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

8.6.1.2 A comprovação técnico-operacional para empresa responsável pela execução será de uma quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas de maior relevância presentes na Curva ABC anexa ao Edital, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

8.6.1.3. Registro da Pessoa Física (profissionais) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

8.6.1.4. A comprovação técnico-profissional para o profissional responsável pela execução será de uma quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas de maior relevância presentes na Curva ABC anexa ao Edital, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

8.6.1.5. A comprovação dos subitens 8.6.1.2. e 8.6.1.4. podem ser através Certidão de Acervo Técnico do órgão de entidade de classe, CREA e/ou CAU;

8.6.1.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão possuir vínculo com a empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.6.1.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

8.6.1.8. Os licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.1.2 Envio e apresentação dos documentos de habilitação.** O detentor da proposta mais vantajosa e classificada pelo Agente de Contratação deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico toda a documentação solicitada no item 6.0 deste edital em até 24 horas da publicação do resultado da análise das propostas de preços.

9.1.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

9.1.3.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.1.3.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.1.3.4 Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser apresentados.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer

caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado os prazos dispostos neste edital.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. Quando for o caso, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

## **11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1 Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, o Agente de Contratação encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para Adjudicação e homologação do resultado do certame, dando-se publicidade aos atos.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 fraudar a licitação;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;



- 12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastros pela empresa no SICAF.
- 12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 12.16. As sanções previstas neste Edital são aplicáveis sem prejuízo daquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência.

### 13. GARANTIAS

- 13.1. As garantias da proposta e da execução contratual serão exigidas conforme previsto no Projeto Básico, anexo ao Edital.

### 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do Portal de Compras do governo federal, plataforma oficial do certame, e subsidiariamente, em caso de problema técnico, através do e-mail [cecseplanrn@gmail.com](mailto:cecseplanrn@gmail.com).
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5.1 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 15. SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1 Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do orçamento. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica.
- 15.2 A empresa contratante mantém a responsabilidade originária e deve apresentar documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.
- 15.3 A empresa contratante é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas da empresa subcontratada, como o recolhimento de contribuições previdenciárias e indenizações.

### 16. MEDIÇÕES, PAGAMENTOS, CRITÉRIOS DE REAJUSTE E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1 As condições de recebimento do objeto, bem como as normas aplicáveis às medições, aos pagamentos e aos critérios de reajuste, quando aplicável, estão previstas no Projeto Básico, **anexo** deste Edital.

### 17. DO ORÇAMENTO

- 17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

#### INFORMAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

Em conformidade com a Lei Orçamentária Anual - LOA, **exercício 2026**, que prevê valor Orçamentário e Financeiro à conta da dotação/classificação, discrimina-se conforme segue:

Projeto/Atividade:	21101 06 122 0301 3417 341702, Construção, reforma e ampliação das unidades do SISPRN por meio da SAF	
Elemento de Despesa:	44.90.51 - Obras e Instalações	
Subelemento da Despesa:	10 - Obras em Andamento de Bens de Uso Especial	
Fonte de Recurso:	0.700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
Valor por Fonte:	R\$ 11.990.967,36	(onze milhões, novecentos e noventa mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos).
Fonte de Recurso:	0.704 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	
Valor por Fonte:	R\$ 2.785.243,18	(dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e dezoito centavos)
Valor Total:	R\$ 14.776.210,54	(quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos).

NOVA DISPONIBILIDADE

Trata-se de processo administrativo oriundo do SETOR DE ENGENHARIA/SESED, iniciado por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD (id. 35233689), que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a elaboração do projeto executivo, execução da obra e equipagem dos Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, no município de Natal/RN, conforme **Termo de Compromisso Plataforma Transferegov nº 973101/2024**, firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Registram-se documentos e peças, conforme seguem:

- i) **Documento de Formalização da Demanda** (id. 35233689);
- ii) **Autorização nº 370/2025** (id. 36065225);
- iii) **Informação 38/2026 - PPA 24 -27 SESED** (id. 38930364), informa que a despesa em questão está em consonância com a **Lei nº 11.671, de 10 de janeiro de 2024**, que instituiu o **PPA 2024-2027 SESED**, com cifra de **R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos)**.

As despesas decorrentes dessa contratação terão a seguinte classificação orçamentária e financeira, com divisão/distribuição dos dispêndios consoante aos exercícios financeiros:

**Para o exercício 2026:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21101	06	122	0301	3417	341702	0.700.973101	44.90.51	10 - Obras em Andamento de Bens de Uso Especial	11.990.967,36
						0.704.000000			2.785.243,18

Informamos que o valor total previsto para a contratação é de **R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos)**, com base na **Atual Cronograma Físico-Financeiro do CONVIVE NATAL** (id. 35843415), conforme Lei do Orçamento Anual-LOA (id. 39140453).

18. DO TERMO DE CONTRATO

- 18.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 18.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente no mesmo prazo do item 18.2, outro meio eletrônico.
- 18.4. Os prazos dos itens 18.2 e 18.3 poderão ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 18.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico.
- 18.6. Antes da assinatura do contrato será necessário o envio da certidão do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN, nos termos da Lei n. 14.973/2024.

19. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 19.1. O modelo de Gestão, Fiscalização técnica e administrativa do Contrato é aquela prevista no Projeto Básico, Anexo I deste Edital

20. MODELO DE EXECUÇÃO/ENTREGA DO OBJETO

- 20.1. O modelo de execução contratual está prevista no Projeto Básico, Anexo I deste Edital.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 21.1. Os critérios/condições de medição e pagamento são aqueles previstos no Projeto Básico, Anexo I deste Edital

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- PROJETO BÁSICO
- MINUTA DO CONTRATO

• **DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:**

1. **DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
2. **DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE ATESTE O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE EDITAL**
3. **DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**
4. **DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO**
5. **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS**

• **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

- **DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7 DA CF - QUE ATENDERÁ, NA DATA DA CONTRATAÇÃO AO ARTIGO 5º C E SE COMPROMETE A NÃO DISPONIBILIZAR EMPREGADO COM VEDAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 5º D, LEI FEDERAL Nº 6.019/1974.**
- **CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**
- **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**JOSÉ DIONÍSIO GOMES DA SILVA**

Secretário de Estado Adjunto do Planejamento, do Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **José Dionísio Gomes da Silva, Secretário de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão** em **substituição legal**, em 03/02/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39147928** e o código CRC **B8CD4E9B**.

**ANEXOS AO EDITAL**

**PROJETO BÁSICO**

Processo nº 00510028.004278/2025-91

**1. OBJETO**

1.1. Contratação Semi-integrada de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para elaboração do projeto executivo de engenharia e a execução da obra de construção de uma unidade do projeto Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE na cidade Natal/RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Centro Comunitário pela Vida - CONVIVE - Natal/RN	01	R\$ 14.776.210,54

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de Obras de Engenharia, conforme definido no Art. 6º, Inciso XII, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
- "XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel" (Lei 14.133/21).
- 1.3. A obra de engenharia do objeto desta contratação é caracterizada como obra e serviço de engenharia.
- 1.4. O Prazo de Execução da obra será conforme o cronograma de execução anexo ao Edital.
- 1.5. O Contrato terá vigência pelo período de até **24 (vinte e quatro) meses**, sendo contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.
- 1.6. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.
- 1.7. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.8. O regime de execução do contrato será Contratação Semi-integrada.
- 1.9. Adota-se o Projeto Básico como instrumento de definição do objeto por se tratar de obra de engenharia. Além disso, o Projeto Básico contempla integralmente os elementos exigidos no Art. 6º, Inciso XXV, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a viabilidade técnica e indicar os parâmetros para a contratação de empresa (ou empresas) especializada(s) em obras e serviços de engenharia para elaboração do projeto executivo e construção de uma unidade do projeto Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE na cidade Natal/RN. Executado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte em parceria com a União, tendo o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - SESED e Secretaria de Estado de Infraestrutura - SIN como órgãos intervenientes, o CONVIVE tem por objetivo a redução da criminalidade violenta na cidade de Natal, em especial homicídios dolosos, critério fundamental para a seleção.

2.2. Sobre os objetivos e metodologia da política pública de implantação dos Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, podemos afirmar, conforme tópico 2.5 do Manual Técnico do Edital (SEI 35061708), *in verbis*:

"[...]Item por objetivo prevenir e enfrentar a violência com foco nos territórios socialmente vulneráveis, por meio da difusão da cultura de paz e geração de oportunidades, promovendo a inclusão social e a cidadania.

De maneira mais específica, o objetivo da iniciativa é a instalação de equipamentos públicos que comportem diversos serviços públicos voltados à prevenção da violência e incremento da cidadania, por meio da pactuação de parcerias com municípios com maior vulnerabilidade ao crime e à violência."

2.3. Diante disso, foi firmado Termo de Compromisso Nº 967837/2024/MJSP/CAIXA (SEI 35062304) com a União para a implantação de uma unidade CONVIVE em Natal, fazendo-se necessária atuação da Secretaria de Estado de Planejamento, do Orçamento e da Gestão (SEPLAN), com a finalidade de realização do procedimento licitatório, o acompanhamento e adequação do certame e apoio técnico para o detalhamento das demais peças técnicas necessárias, além das já existentes, como também para elaborar os artefatos de planejamento exigidos pela lei de licitações (Lei nº 14.133/2021).

2.4. Tal se dá, pois, o Decreto Estadual nº 34.192, de 06 de dezembro de 2024 (ID 35062746), delega à SEPLAN atribuições de autorização e execução de procedimento licitatório de obras, serviços e compras oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, como é o caso dos autos. Nesse contexto, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), instituído pelo Decreto Federal nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, é um programa de investimentos coordenado pelo governo federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Todo o esforço conjunto visa acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais. O Novo PAC disponibilizou, por meio dos ministérios executores, editais de projetos padrão para execução de obras de equipamentos públicos de diversas áreas de políticas públicas.

2.5. Assim, a UNIÃO, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com observância das disposições do art. 184 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei nº 14.436, de 09 de agosto de 2022; da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Decreto nº 11.630, de 11 de agosto de 2023, do Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023; e da legislação correlata, divulgou por meio de Chamada Pública e selecionou entes subnacionais para a construção e a equipagem de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, que visam à prevenção da violência e a redução da criminalidade e das desigualdades no âmbito da Política Nacional de Segurança Pública - Sistema Único de Segurança Pública - Fundo Nacional de Segurança Pública e do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, conforme termos definidos neste instrumento.

2.6. Justifica-se a necessidade de construção de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE - em territórios vulneráveis visando uma abordagem intersetorial, que envolva diversos setores da sociedade, como educação, cultura, saúde, assistência social, esporte e lazer, meio ambiente, segurança pública, justiça e direitos humanos, bem como integrar ações e programas desses setores para atingir os objetivos da iniciativa.

2.7. Os critérios para seleção foram: Maior concentração de homicídios dolosos em números absolutos, conforme dados do Sinesp referentes ao biênio 2021/2022; Maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes, conforme dados do Sinesp referentes ao biênio 2021/2022; Proporcionalidade regional a fim de assegurar atendimento ao maior número de estados; Localização do terreno em área de vulnerabilidade social.

2.8. Os Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE - são equipamentos públicos que visam prevenir a violência em territórios vulneráveis, por meio da difusão da cultura de paz e geração de oportunidades, promovendo a inclusão social e a cidadania, com foco na redução da criminalidade e das desigualdades sociais.

2.9. Esse equipamento deverá disponibilizar à população serviços relacionados, pelo menos, às seguintes áreas: Educação e Tecnologia; Esporte; Saúde e Bem-estar; Cultura; Qualificação Profissional e Geração de Renda; Proteção de Direitos; Cidadania e Assistência Social

2.10. O Governo Federal será responsável pela construção e manutenção do custeio, por até dois anos, dos Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE - resultantes deste Edital, passando-se, findo o prazo, a responsabilidade ao ente beneficiário.

2.11. Diante do exposto, justifica-se a construção do objeto a ser licitado como um equipamento fomentador social, educacional, cultural, do esporte e lazer, visando a redução dos índices de criminalidade em áreas de vulnerabilidade, promovendo a paz social.

2.12. É importante mencionar que, de acordo com o DFD apresentado pela SESED (SEI 35905854), a demanda em tela está contida no Plano de Contratação Anual da SESED, nos termos do inc. VII do art. 12 da Lei 14.133/21. A execução do objeto contará com recursos da União e do Estado do Rio Grande do Norte, conforme disposto no DFD.

2.13. A modalidade de contratação escolhida é a concorrência, conforme a Lei nº 14.133/2021, por ser a mais apropriada, em regra, para a realização de obras e serviços de engenharia. Uma das possibilidades dessa modalidade permite a integração das etapas de elaboração do projeto executivo e execução da obra, garantindo maior eficiência na gestão e no cumprimento dos prazos, e assegurando que as condições e especificidades locais sejam consideradas desde a concepção do projeto até a execução da obra. Tais possibilidades serão devidamente exploradas neste estudo.

2.14. No caso em questão, tratando-se de obra de engenharia comum, verifica-se a concorrência como modalidade de licitação, com a base no inciso XXXVIII do Art. 6º e art.28, que assim dispõe:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:  
(...)  
XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:  
a) menor preço;  
b) melhor técnica ou conteúdo artístico;  
c) técnica e preço;  
d) maior retorno econômico;  
e) maior desconto;  
(...)  
Art. 28.São modalidades de licitação:  
II - concorrência;  
§ 1º Além das modalidades referidas no **caput** deste artigo, a Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos no [art. 78 desta Lei](#).

2.15. Com efeito, a contratação atenderá às exigências prevista tanto no Decreto Federal nº 11.855/2023, que dispõe sobre termos de compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, bem como pelo o Decreto nº 11.997/2024, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

2.16. A contratação da empresa especializada atende de forma clara e inequívoca ao interesse público, conforme determina a Lei nº 14.133/21, pois a obra proporcionará um impacto direto e positivo na qualidade de vida da população de Natal, especialmente nas áreas mais carentes. A implantação do CONVIVE irá promover a paz social por meio do acesso à cultura e à educação, fortalecer a inclusão social, contribuir para o desenvolvimento local e cumprir o princípio da eficiência.

2.17. Ademais, a realização da licitação, na modalidade concorrência, assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, garantindo a economicidade na aplicação dos recursos públicos e a obtenção do melhor custo-benefício para a execução do projeto. A competição entre os licitantes permitirá a obtenção do menor preço, otimizando o uso dos recursos públicos e garantindo a entrega de um equipamento de qualidade para a população.

2.18. Portanto, a contratação da empresa especializada para a execução do projeto do CONVIVE ora proposta, nos termos do Memorial Descritivo - Projeto Básico (SEI 35063355); Planta de Implantação (SEI 35133465); Cronograma (SEI 35843415); Orçamento Sintético (SEI 35843158) e demais peças técnicas anexadas aos presentes autos, é fundamental para a concretização dos objetivos do Novo PAC e para a promoção da segurança pública, por meio de uma política intersetorial, visando atender o interesse público.

2.19. Em paralelo, o Decreto Federal nº 11.997/2024 atualizou as regras acerca dos Termos de Compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Novo PAC. A normativa trata das peças documentais que devem ser apresentadas para celebração, na forma do inciso IV, § 1º, art. 11, que poderão ser apresentadas após a data de celebração do termo de compromisso. Desse modo, constata-se que para os casos de obras e de serviços de engenharia, com a utilização de projetos padronizados fornecidos pelo repassador ou pela mandatária, deverão ser apresentadas as peças documentais serão as seguintes:

I - declaração do recebedor informando a adoção do projeto padronizado;  
II - Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo decorrente do projeto padronizado, incluídas as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação, as fundações e as obras complementares;  
III - declaração do recebedor atestando que o projeto básico ou executivo decorrente do projeto padronizado, incluídas as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação, as fundações e as obras complementares, está em conformidade com a legislação local e as normas técnicas brasileiras e é compatível com o orçamento do empreendimento, nos termos do disposto no Decreto no 7.983, de 8 de abril de 2013;  
IV - comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel;  
V - licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ou pela entidade ambiental competente das esferas municipal, estadual, distrital ou federal e pelas concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável, anteriormente ao início da execução da obra ou do serviço de engenharia; e  
VI - declaração do recebedor sobre a sustentabilidade do objeto.

2.20. Sendo assim, foram protocolados os documentos solicitados no TransfereGov, de modo que à Caixa Econômica Federal (CEF), que atua

como mandatária da União autorizou, juntamente com o Ministério responsável, a retirada da cláusula suspensiva e o procedimento licitatório (SEI 35063235).

2.21. Ainda, ficou consolidado que compete ao Proponente, com base no Manual Técnico do Edital (SEI 35063235), isto é, ao Estado do Rio Grande do Norte, desenvolver todas as atividades necessárias para a adaptação do projeto de referência e adequações das condições do terreno e às especificidades sociais e culturais locais.

2.22. Além disso, ao Proponente caberá garantir as condições necessárias para a realização dos serviços de infraestrutura urbana e funcionamento do CONVIVE, devendo arcar com os custos adicionais não cobertos pelos recursos repassados pela União, entre os quais, se destacam:

- a) via de acesso pavimentada, dotada de calçadas acessíveis e iluminação pública;
- b) acessibilidade e mobilidade urbana, de acordo com a legislação vigente;
- c) sinalização viária no entorno do equipamento;
- d) acesso à rede de energia elétrica;
- e) acesso à rede de internet;
- f) elaboração e execução do projeto de destinação final das águas pluviais captadas na edificação, em consonância com o Plano Diretor e a legislação vigente;
- g) acesso à rede de água e de esgoto para coleta na edificação, de acordo com a legislação vigente. O projeto de referência inclui solução técnica de tanque séptico e sumidouro para adaptação, quando necessário;
- h) Paisagismo e arborização compatíveis com o bioma local.

2.23. Assim sendo, há de se registrar que o valor orçado contido nos autos referente à adequação de projeto padronizado existente, produção de projeto executivo, licenciamento para construção do CONVIVE e execução da obra teve por base a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, cujo orçamento total foi de R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos), conforme o Orçamento Resumido (SEI 35843363), podendo estes sofrerem novas alterações em razão da atualização da tabela.

2.24. Por outro lado, no que se refere aos demais custos de referência que não tenham sido extraídos do SINAPI ou sejam de composição própria, observa-se o detalhamento das composições no Orçamento Analítico (SEI 35843307).

2.25. Do valor acima, caberá ao Ministério da Justiça a transferência do valor de R\$ 11.916.475,34 (onze milhões, novecentos e dezesseis mil quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), como consta no Orçamento Resumido, e, por sua vez, cabe ao Estado do Rio Grande do Norte arcar com os custos adicionais de R\$ 2.859.735,20 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), referente aos itens não financiáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Ressalta-se que, por se tratar de uma contratação semi-integrada, a contratada elaborará e desenvolverá o projeto executivo, executará a obras e serviços de engenharia, fornecerá os bens ou prestará serviços especiais, testes, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

3.2. A empresa vencedora será responsável por providenciar todo o Licenciamento necessário para execução do projeto e entrega da obra, em atenção a legislação vigente.

3.3. A elaboração do projeto executivo pela contratada deverá observar a porção padronizada do projeto fornecido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O projeto executivo final, contudo, para que seja assim considerado, deverá ser complementado pelo projeto de implantação no terreno selecionado, bem como por ajustes ao projeto-padrão fornecido em função de atendimento à exigências locais, elaborados localmente por equipe técnica capacitada, de modo que inovações em soluções metodológicas ou tecnológicas deverão ser autorizada pela contratante.

3.4. Tal descrição contempla de forma satisfatória os resultados pretendidos pela Administração e abrangendo elementos técnicos e econômicos, tornando a construção um serviço viável a ser executado.

3.5. A Construção dar-se-á conforme previsto neste Projeto Básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico financeiro anexos ao Edital, compatibilizado e implantado por meio da pretensa contratação que engloba, além da elaboração do projeto executivo, resumidamente os serviços abaixo:

- a) Administração de obra;
- b) Serviços iniciais;
- c) Movimento de terra;
- d) Fundações;
- d) Superestrutura;
- e) Cobertura;
- f) Parede e painéis;
- g) Esquadrias;
- h) Sistemas hidráulicos, sanitários e de combate a incêndio (hsi);
- i) Sistema elétrico (ele) + sistema de voz e dados (net);
- j) Sistemas de ar condicionado, ventilação e exaustão (acd);
- k) Revestimentos;
- l) Acabamentos;
- m) Pintura;
- n) Urbanização;
- o) Desmobilização;
- p) Serviços extras.

3.6. DA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

3.6.1. Para essa fase, os produtos deverão contemplar os seguintes itens:

- 3.6.1.1. Fornecimento de informações detalhadas dos métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;
- 3.6.1.2. Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços, fornecimento dos materiais e transportes propriamente avaliados;
- 3.6.1.3. Projeto Executivo de Coeficiente de Infiltração e Levantamento Topográfico
- 3.6.1.4. Projeto Executivo de Terraplenagem;
- 3.6.1.5. Projeto Executivo de Drenagem;
- 3.6.1.6. Projeto Executivo da obra como todo englobando todos os sistemas construtivos;
- 3.6.1.7. Projeto Executivo de Obras Complementares;
- 3.6.1.8. Componente Ambiental do Projeto (quando necessário);
- 3.6.1.9. Remanejamento de Redes de Serviço Público (quando houver);

3.6.2. Os trabalhos a serem executados nesta fase consistirão basicamente no detalhamento das concepções de soluções selecionadas na fase de Projeto Básico, para as alternativas e modelos que tenham sido apresentados no projeto padronizado e tenham sido analisados e aprovados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, fornecendo-se plantas, desenhos e memoriais.

3.6.3. Para cada serviço detalhado deverá ser apresentado os desenhos com nível de detalhamento suficiente para o seu entendimento e execução e, ainda, memorial descritivo e justificado das soluções projetadas.

3.7. PROJETO EXECUTIVO DE COEFICIENTE DE INFILTRAÇÃO E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

3.8. O ensaio de coeficiente de infiltração é um procedimento geotécnico utilizado para determinar a taxa de infiltração de água no solo

3.9. O Relatório deve apresentar:

- 3.9.1. Cálculo do coeficiente com base em dados reais.
- 3.9.2. Relatório técnico simplificado de ensaio de infiltração.

3.10. O **levantamento topográfico** é o processo de medição e representação gráfica da superfície terrestre, com o objetivo de **determinar a posição (horizontal e vertical) de pontos** no terreno.

3.11. O levantamento deve apresentar:

3.11.1. **Planta topográfica:** Curvas de nível, Cotas (altitudes), Limites, construções, vegetação, Azimutes, pontos de vértices e suas coordenadas geográficas;

3.11.2. **Caderno de campo;**

3.11.3. **Memorial descritivo;**

3.11.4. **Modelo digital do terreno (MDT);**

3.11.5. **Arquivo em DWG;**

3.12. **PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM**

3.12.1. A terraplenagem consiste em um conjunto de operações de escavação, de carga, de transporte, de descarga e de compactação dos solos aplicadas na construção de aterros e cortes, dando à superfície do terreno a forma projetada para construção de rodovias.

3.12.2. O Projeto de Terraplenagem tem por objetivo a determinação dos quantitativos de serviços de terraplenagem, a determinação dos locais de empréstimos e bota-foras, a caracterização precisa, em termos de todos os parâmetros geotécnicos dos materiais a serem utilizados, e a apresentação de quadros de distribuição e orientação do movimento de terra, de terraplenagem; Demais desenhos que elucidem o projeto; e Plano de fogo, no caso de utilização desta solução para os cortes em 3ª Categoria.

3.13. **PROJETO DE DRENAGEM**

3.13.1. O Projeto de Drenagem objetiva definir e quantificar os dispositivos capazes de captar e conduzir adequadamente as águas superficiais e profundas de modo a preservar a estrutura da via, bem como possibilitar a sua operação durante a incidência de precipitações pluviométricas mais intensas.

3.13.2. Quanto aos entregáveis a empresa projetista deverá atender aos escopos estabelecidos pelos documentos normativos do DNIT. Esses conteúdos estão listados a seguir.

3.13.2.1. Texto contendo a concepção do projeto;

3.13.2.2. Discriminação de todos os serviços, das distâncias de transporte e das quantidades;

3.13.2.3. Plantas e desenhos-tipo dos diversos dispositivos de drenagem utilizados;

3.13.2.4. Planta esquemática da localização das obras de drenagem;

3.13.2.5. Planilhas e quadros;

3.13.2.6. Notas de Serviço;

3.13.2.7. Arquivos digitais das plantas, dos perfis e das seções transversais compatíveis com software de CAD;

3.13.2.8. Justificativa e detalhamento das soluções propostas no projeto.

3.14. **PROJETO EXECUTIVO DA OBRA E SISTEMAS CONSTRUTIVOS**

3.14.1. O projeto executivo de obra é o conjunto completo e detalhado de documentos técnicos que orientam a execução de uma construção. Ele é a etapa final do processo de projeto e serve como guia direto para engenheiros, mestres de obra e demais profissionais no canteiro, esse projeto inclui:

3.14.1.1. Plantas detalhadas com as suas respectivas escalas (arquitetônicas, estruturais, elétricas, hidráulicas, esgoto, PCI e Mecânica, etc.);

3.14.1.2. Cortes e elevações;

3.14.1.3. Especificações técnicas de materiais e métodos construtivos;

3.14.1.4. Quantitativos e memoriais descritivos;

3.14.1.5. Detalhamentos construtivos (como junções de materiais, fundações, acabamentos);

3.14.1.6. Cronogramas físicos e financeiros (quando aplicável).

3.14.2. Faz-se necessário que nas adaptações necessárias a contratada apresente soluções para as informações não constantes no projeto padronizado, sendo elas apresentadas com todos os detalhamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema construtivo.

3.14.3. **Projeto Arquitetônico**

3.14.3.1. Planta baixa com cotas e níveis;

3.14.3.2. Cortes e elevações;

3.14.3.3. Planta de cobertura;

3.14.3.4. Layout de mobiliário (se aplicável);

3.14.3.5. Detalhamento de esquadrias, portas e janelas;

3.14.3.6. Detalhamento de acabamentos;

3.14.3.7. Memorial descritivo; e

3.14.3.8. Tabela de áreas.

3.14.4. **Projeto Estrutural**

3.14.4.1. Planta de fundações (blocos, sapatas, estacas);

3.14.4.2. Planta de formas e armações (vigas, pilares, lajes);

3.14.4.3. Cortes estruturais;

3.14.4.4. Detalhes construtivos (armaduras, ligações);

3.14.4.5. Memorial de cálculo estrutural; e

3.14.4.6. Especificações de materiais (fck, aço, concreto).

3.14.5. **Projeto Hidrossanitário**

3.14.5.1. Planta de água fria e quente

3.14.5.2. Planta de esgoto sanitário e pluvial

3.14.5.3. Detalhamento de caixas, reservatórios e bombas

3.14.5.4. Esquema vertical (isométrico) das instalações

3.14.5.5. Lista de materiais

3.14.5.6. Memorial descritivo e cálculo de dimensionamento

3.14.6. **Projeto Elétrico**

3.14.6.1. Planta de pontos elétricos (tomadas, iluminação);

3.14.6.2. Planta de cargas e circuitos;

3.14.6.3. Quadro de cargas e diagrama unifilar;

3.14.6.4. Detalhes de aterramento e proteção;

3.14.6.5. Memorial de cálculo e descritivo; e

- 3.14.6.6. Lista de materiais e equipamentos.
- 3.14.7. **Projetos Complementares (se aplicável)**
- 3.14.7.1. SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);
- 3.14.7.2. Projeto de Gás;
- 3.14.7.3. Projeto de Ar-condicionado (HVAC);
- 3.14.7.4. Projeto de Acessibilidade;
- 3.14.7.5. Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI); e
- 3.14.7.6. Paisagismo.

3.14.8. **Documentação Técnica**

- 3.14.8.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT);
- 3.14.8.2. Cronograma físico-financeiro (em obras maiores);
- 3.14.8.3. Planilhas orçamentárias (composição de custos); e
- 3.14.8.4. Caderno de encargos e normas técnicas.

3.15. **PROJETO DE COMPONENTES AMBIENTAIS E PAISAGISMO**

3.15.1. O Componente Ambiental da Fase de Projeto Executivo constitui-se no conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa dos serviços e das obras destinados à mitigação dos impactos e erradicação dos problemas identificados nas fases anteriores do projeto. Consiste, ainda, no detalhamento das soluções propostas para atendimento dos requisitos da licença ambiental do empreendimento.

3.15.2. Após feita a Caracterização e Cadastro Ambiental do empreendimento, os aspectos ambientais levantados na área de estudo (AID) são utilizados para definir os impactos ambientais da obra.

3.15.3. Para cada impacto é (são) proposta(s) a(s) solução(ões) de engenharia condizentes com o projeto, dando preferência ao dimensionamento de soluções intervencionistas.

3.15.4. Cada solução devidamente dimensionada, deve estar acompanhada de uma especificação de serviço para sua execução e a respectiva justificativa de sua escolha, dentre as opções disponíveis. Dessa forma, o Componente Ambiental define e especifica nos Projetos, através da elaboração dos estudos ambientais concernentes à área de influência do empreendimento proposto e através dos projetos ambientais que identificam, detalham, quantificam e orçamentam às medidas preventivas e corretivas de proteção ambiental dos meios físico, biótico e antrópico afetados ou impactados pelas atividades rodoviárias, que serão geradas pelas obras de construção planejadas, incluindo-se a reabilitação ou recuperação do passivo ambiental.

3.15.5. O Componente Ambiental é um instrumento que busca o aperfeiçoamento do desempenho ambiental de suas atividades e da preservação dos recursos naturais, que fundamentam o desenvolvimento sustentável do Empreendimento e a melhoria contínua de sua Gestão Ambiental.

3.15.6. Tal projeto deve apresentar o Relatório Final de Avaliação Ambiental – RFAA que conste no plano de Recuperação de áreas degradadas, Projeto de Paisagismo e Projeto de Execução.

3.16. **PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES**

3.16.1. O Projeto de Obras Complementares compreende dispositivos compostos por toda gama de serviços elencados como extra do orçamento anexo a esse termo de referência.

3.16.2. Quanto aos entregáveis, a empresa projetista deverá atender esses conteúdos que estão listados a seguir.

3.16.2.1. Detalhamento dos elementos e dispositivos de Obras Complementares;

3.16.2.2. Projetos-tipo contendo detalhes de instalação e de fixação;

3.16.2.3. Notas de Serviço; e

3.16.2.4. Memória descritiva e justificativa.

3.17. **PROJETO DE INTERFERÊNCIAS**

3.17.1. O projeto de interferências tem como objetivo detalhar soluções para os problemas decorrentes das interferências que porventura possa ocorrer na implantação do projeto padronizado, notadamente, com linhas de concessionárias de serviços públicos e/ou particulares, de maneira a minimizar os riscos de acidentes e/ou interrupção dos serviços e também proporcionar aos usuários uma travessia segura e confiável.

3.17.2. O projeto executivo tem por objetivo o detalhamento da concepção do projeto da solução das interferências identificadas e definidas quanto à localização e quanto à classificação da travessia pela via férrea e constituir-se-á de:

3.17.2.1. Identificação e cadastro das interferências;

3.17.2.2. Ficha de cadastro da interferência;

3.17.2.3. Memória descritiva e justificativa;

3.17.2.4. Memória de cálculo;

3.17.2.5. Planilha de quantidade de serviços para adequação ou remanejamento de interferências; e

3.17.2.6. Plano funcional de interferências georreferenciado

3.18. **DA ENTREGA DOS PROJETOS**

3.18.1. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE os projetos elaborados em conformidade com as seguintes especificações de formato e suporte:

3.18.2. Cópia digital integral dos projetos em Pen Drive ou CD-ROM, devidamente identificados;

3.18.3. Arquivos dos projetos deverão estar nos formatos DWG (editável) e PDF (plotado e finalizado);

3.18.4. Duas (2) cópias impressas de todos os projetos em papel formato A1, devidamente identificadas.

3.18.5. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo estabelecido no cronograma contratual, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA garantir a integridade e a compatibilidade dos arquivos fornecidos.

3.19. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.19.0.1. A Contratada deverá apresentar projeto executivo, com seus devidos ajustes e caso seja necessário adequações de custo, em no prazo de 30 dias corridos. O presente prazo não poderá ser estendido.

3.19.0.2. O contratante terá o prazo de até 30 dias para análise e ajustes do projeto executivo junto à contratada.

3.19.0.3. Durante o período de análise a contratada se compromete em esclarecer todas as dúvidas e nuances a respeito do projeto executivo, em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a solicitação do contratante.

3.19.0.4. Durante o período de análise a empresa contratada deverá nomear responsável técnico, para tratativas e realização dos ajustes exigidos pelo contratante.

3.19.0.5. Após a aprovação do projeto executivo a contratada deverá iniciar a obra ao receber a ordem de serviço.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas necessidades acima mencionadas, não possui natureza continuada. Em análise das necessidades da demanda, bem como das soluções disponíveis no mercado, e dos cenários possíveis para a administração, conclui-se que o objeto alvo de tal contratação tem a natureza de serviço e obra de engenharia. Sendo assim, conforme o inciso XXXVIII e alínea “a” do Art 6º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, adota-se a concorrência como modalidade de licitação e o critério de menor preço.

4.2. Nos termos do §3º, inciso V do Art. 19 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a natureza do objeto contratado, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* – BIM), ou tecnologias e processos integrados similares ou mais



avancados que venham a substituí-la, adotados os parâmetros indicados na Tabela SINAPI - Parâmetros CAIXA (SEI 37528329).

4.3. A Contratada deve possuir em seu quadro técnico profissionais qualificados, registrados em seus respectivos conselhos de classe, para elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

4.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos itens objeto de processo.

4.5. **REQUISITOS TÉCNICOS:**

4.5.1. Quanto aos requisitos técnicos, a CONTRATADA deverá:

4.5.1.1. Efetuar a conclusão dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações e normas vigentes e padrão mínimo de qualidade, prazo constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal dos serviços realizados;

4.5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.5.1.3. Estar com toda documentação fiscal e trabalhista em conformidade junto aos entes federativos e órgãos reguladores;

4.5.1.4. A CONTRATADA deverá comprovar de forma objetiva, conforme art. 67 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sua capacidade técnico-operacional e técnico-profissional apresentando a seguinte documentação:

4.5.1.5. Registro da Pessoa Jurídica da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia Agronomia);

4.5.1.6. A comprovação técnico-operacional para empresa responsável pela execução será de uma quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas de maior relevância presentes na Curva ABC anexa ao Edital, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação;

4.5.1.7. Registro da Pessoa Física (profissionais) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA;

4.5.1.8. A comprovação técnico-profissional para o profissional responsável pela execução será de uma quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas de maior relevância presentes na Curva ABC anexa ao Edital, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação;

4.5.1.9. A comprovação dos subitens 4.5.1.6. e 4.5.1.8. pode ser através Certidão de Acervo Técnico do órgão de entidade de classe, CREA e/ou CAU;

4.5.1.10. Inserir junto à proposta a relação de equipamentos que serão usados nas etapas da realização da obra;

4.5.1.11. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão possuir vínculo com a empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

4.5.1.12. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

4.5.1.13. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

4.5.2. A Contratada deverá comprovar de forma objetiva, conforme art. 69 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

4.5.2.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

4.5.2.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

4.5.2.3. A Contratada deverá ter capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

4.5.2.4. A Contratada deverá ter ciência das práticas e orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.5.2.5. Estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

4.5.2.6. Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2.7. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.2.8. Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.2.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.5.2.10. Não estar cumprindo penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

4.6. **REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:**

4.6.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

4.6.2. Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.

4.6.3. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.

4.6.4. Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.

4.6.5. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.

4.6.6. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União, disponível no endereço eletrônico: [www.agu.gov.br/econfont](http://www.agu.gov.br/econfont).

4.6.7. Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.

4.6.8. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.

4.6.9. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999.

4.6.10. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.

4.6.11. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais - EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.

4.6.12. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.

4.6.13. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;



- 4.6.14. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 4.6.14.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 4.6.14.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 4.6.14.3. florestas plantadas; e
- 4.6.14.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 4.6.15. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 4.6.15.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 4.6.15.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- 4.6.15.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- 4.6.15.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-los, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 4.6.16. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução no 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 4.6.16.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos estabelecidos pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a ser elaborado e apresentado a contratante pela contratada, e, em seguida ser apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 4.6.16.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, conforme estabelecido no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC a ser elaborado e apresentado pela contratada;
- 4.6.16.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas, conforme preconizado pela legislação ambiental e PGRCC a ser elaborado pela contratada; e
- 4.6.16.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 4.6.17. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.6.17.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 4.6.17.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- 4.6.17.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 4.6.17.4. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 4.6.17.5. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 4.6.17.6. O empreendedor fica proibido de lançar efluentes líquidos sanitários na superfície do solo, mesmo em caso de emergência;
- 4.6.17.7. O empreendedor fica proibido de dispor qualquer resíduo sólido a céu aberto em áreas interna e externa ao empreendimento, mesmo em caso de emergência. O material excedente da obra deverá ser levado a um local previamente autorizado pela prefeitura local;
- 4.6.17.8. O empreendedor deverá executar os projetos de maneira a obedecer efetivamente o disposto sobre as prescrições urbanísticas e ambientais de acordo com Plano Diretor Municipal e nas demais legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes ao empreendimento;
- 4.6.17.9. O empreendedor deverá observar as normas de segurança pertinentes às obras, principalmente, as relacionadas a procedimentos que visem evitar acidentes com trabalhadores durante a execução;
- 4.6.17.10. O empreendedor será responsável por qualquer acidente que venha causar danos ao meio ambiente, devendo comunicar o fato de imediato à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- 4.6.17.11. O Empreendedor fica ciente de que só poderá utilizar material de origem mineral (areia, argila, etc.) de áreas licenciadas, como também só disponibilizar bota-fora em áreas autorizadas;
- 4.6.17.12. O empreendedor deve dispor as matérias-primas, principalmente os agregados, no pátio do empreendimento de forma que fiquem segregados por tipo de material, com áreas de armazenamento devidamente identificadas;
- 4.6.17.13. O empreendedor deve implantar bacias de contenção impermeáveis para os tanques de produtos, que evitem que produtos químicos sejam vazados para o meio externo, mesmo em caso de acidentes;
- 4.6.17.14. O empreendedor deve, ao término dos trabalhos, realizar serviços de limpeza e recuperação da área utilizada, não sendo permitido a permanência de resíduo, peças, equipamentos ou qualquer outro material utilizado ou gerado por este empreendimento/atividade neste local;
- 4.6.17.15. O empreendedor fica ciente que, deverá obter o AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros) emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Norte e mantê-lo atualizado;
- 4.6.17.16. O empreendedor fica ciente que todos os equipamentos e acessórios a serem instalados deverão seguir, além do memorial descritivo apresentado, as recomendações presentes nas Normas vigentes.
- 4.7. **REQUISITOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:**
- 4.7.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 4.7.2. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- 4.7.3. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- 4.7.4. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da

4.7.5. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

4.7.6. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

4.7.7. Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023, que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte; e

4.7.8. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e suas alterações, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

#### 4.8. **DA SUBCONTRATAÇÃO:**

4.8.1. Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do orçamento. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares às atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica, conforme art. 67 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

4.8.2. A empresa contratante mantém a responsabilidade originária e deve apresentar documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

4.8.3. A empresa contratante é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas da empresa subcontratada, como o recolhimento de contribuições previdenciárias e indenizações.

#### 4.9. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:**

4.9.1. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 4.10. **DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP:**

4.10.1. Será admitida a participação de empresas ME e EPP, nos moldes da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

#### 4.11. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

4.11.1. Como condição para a assinatura do contrato, a Contratada deverá prestar garantia de execução contratual de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%(cinco por cento) do valor inicial do contrato, a fim de assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas, incluindo as condições, prazos e custos previstos neste Projeto Básico.

4.11.2. A Contratada poderá escolher uma das modalidades de garantia previstas na legislação, §1º, Art. 96, da Lei 14.133/21, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.11.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.11.4. A CONTRATADA terá o período de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista seguro-garantia.

4.11.5. Será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.11.6. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11.7. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11.8. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11.9. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.10. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.11.11. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela contratada, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11.14. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.11.15. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11.16. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.16.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.16.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.11.16.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada.

4.11.17. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da contratada, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.11.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.11.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.11.22. O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.11.23. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.11.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.11.25. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.11.26. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.11.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.11.28. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.11.29. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.11.30. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

4.11.30.1. do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

4.11.30.2. da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.11.31. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.

4.11.32. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.11.33. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Projeto Básico.

#### 4.12. **DA VISTORIA:**

4.12.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas.

4.12.1.1. A visita deverá ser agendada através da comissão de contratação, que deverá acionar a equipe técnica para acompanhamento, caso necessário.

4.12.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### 5.1. **EXECUÇÃO CONTRATUAL**

##### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

5.1.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica prevista no cronograma de execução anexo ao Edital.

5.1.2. A Contratada deverá apresentar projeto executivo, com seus devidos ajustes e caso seja necessário adequações de custo, em no prazo de 30 dias corridos. O presente prazo não poderá ser estendido.

5.1.3. O contratante terá o prazo de até 30 dias para análise e ajustes do projeto executivo junto à contratada.

5.1.4. Durante o período de análise a contratada se compromete em esclarecer todas as dúvidas e nuances a respeito do projeto executivo, em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a solicitação do contratante.

5.1.5. Durante o período de análise a empresa contratada deverá nomear responsável técnico, para tratativas e realização dos ajustes exigidos pelo contratante.

5.1.6. Após a aprovação do projeto executivo a contratada deverá iniciar a obra ao receber a ordem de serviço.

5.1.7. O Prazo de Execução da obra será conforme o cronograma de execução anexo ao Edital;

5.1.8. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estará presente no Memorial Descritivo anexo a este Projeto Básico;

5.1.9. As etapas da construção devem ser realizadas conforme Normas técnicas.

5.1.10. Local da obra: Av. Pedro Álvares Cabral, bairro Nossa Senhora da Apresentação, Natal, RN.

5.1.11. A geolocalização e planta de implantação constam em anexo (SEI 35133465).

##### **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades exigidas no memorial descritivo e planilhas orçamentárias, promovendo sua substituição quando necessário, conforme Memoriais Descritivos e Orçamentos.

5.2.1. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

5.2.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.3. Elaboração do projeto executivo e execução da obra como um todo.

5.2.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.2.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.6. A contratada é responsável pela solidez e segurança da obra por cinco anos. Este prazo é contado a partir da data de entrega da obra, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

##### **UNIFORMES**

5.3. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.3.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.3.2. Calça, camisa, Bota de Segurança Couro Bico Pvc com CA e equipamentos de proteção individual - EPIs.

5.3.3. Deverá ser entregue 01 (um) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

- 5.3.4. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos;
- 5.3.5. as peças devem ser adequadas à função do trabalhador;
- 5.3.6. devem apresentar as especificações e obediência às normas reguladores vigentes;
- 5.3.7. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 5.3.8. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### 5.4. **PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 5.4.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;
- 5.4.2. O encerramento dos trabalhos se dará após a aprovação das obras e serviços previstos realizados neste Projeto Básico.
- 5.4.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 5.4.4. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 5.4.5. A contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 5.4.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.4.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 5.4.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.4.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.4.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

5.4.11.

5.4.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.4.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

5.4.14. a contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.4.15. A fiscalização não efetuará o atesto da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

5.4.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.4.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.4.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

5.4.20. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.4.21. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.4.22. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.4.23. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.4.24. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.4.25. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.26. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.4.27. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.4.28. A contratada deverá providenciar o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro de obras e execução dos serviços, sendo também responsável por todas as providências, bem como pelo pagamento de taxas e emolumentos junto às concessionárias de serviços públicos, para efetivação das ligações definitivas de água, telefone, energia elétrica, esgoto, gás e outros pertinentes, sendo estas condições necessárias ao recebimento definitivo da obra.

#### 5.5. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

- 5.5.1. O cronograma de execução e o Cronograma Físico-Financeiro constam como anexos a este Projeto Básico.
- 5.5.2. A empresa deverá apresentar orçamento analítico junto com o projeto executivo, para aprovação.

#### 6. **ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS:**

6.1. Os materiais empregados deverão obedecer às normas atinentes ao objeto do contrato, vigentes ou venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes normas e legislação:

6.1.1. IN N.º 01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

6.1.2. Lei N.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC;

- 6.1.3. Lei N.º 10.295, de 17 de outubro de 2001 – que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;
- 6.1.4. Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações;
- 6.1.5. Regulamentos das empresas concessionárias;
- 6.1.6. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- 6.1.7. Portaria GM/MS n.º 3.523/98 – Procedimentos relacionados a ambientes climatizados e qualidade do ar interior;
- 6.1.8. NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 6.1.9. NR 18 do Ministério do Trabalho e Emprego - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- 6.1.10. Resolução n.º 176, de 24 de outubro de 2000 e atualizações – ANVISA. Padrões referenciais de qualidade do ar interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;
- 6.1.11. Norma EIA/TIA/ANSI 569-A - Infraestrutura, encaminhamento para Telecomunicações e Espaços;
- 6.1.12. Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.1 - Cabeamento de Prédios Comerciais; m) Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.2 - Padrões mínimos de performance dos componentes de cabeamento;
- 6.1.13. Norma EIA/TIA/ANSI 606 - Identificação e Administração do Cabeamento e da Instalação;
- 6.1.14. Legislação aplicada a Sistemas de combate a incêndio e pânico, como a Lei Nº Complementar Nº 601/2017 que instituiu o Código Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Rio Grande do Norte (CESIP), além das Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, aplicáveis à área;
- 6.1.15. NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 6.1.16. NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto;
- 6.1.17. NBR 6122 - Projeto e execução de fundações;
- 6.1.18. NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 6.1.19. NR 10 - Trabalho com instalações elétricas;
- 6.1.20. NR 35 - Trabalho em altura;
- 6.1.21. IT - Corpo de bombeiros do Rio Grande do Norte.
- 6.1.22. Os materiais também deverão obedecer às normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, atinentes ao objeto do contrato, vigentes ou que venham a ser editadas. E, às normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;
- 6.1.23. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 6.1.24. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- 6.1.25. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- 6.1.26. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- 6.1.27. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- 6.1.28. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 6.2. O presente estudo atende os prazo e obrigações estabelecidas na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cada parte respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **7.6. PREPOSTO**

- 7.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da obra, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 7.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução da obra;
- 7.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

### **7.7. FISCALIZAÇÃO**

- 7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 7.7.2. Caberá ao fiscal de contrato:
- 7.7.2.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 7.7.2.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 7.7.2.3. Fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 7.7.2.4. Comunicar ao gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 7.7.2.5. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 7.7.2.6. Manter contato com o preposto da contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 7.7.2.7. Efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 7.7.2.8. Sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 7.7.3. Além das atribuições constantes nos itens 7.7.2.1 a 7.7.2.8, deverá:
- 7.7.3.1. Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos órgãos reguladores competentes nos casos

exigidos, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

7.7.3.2. Visitar o local de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

7.7.3.3. Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

7.7.3.4. Notificar formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

7.7.3.5. Desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

7.7.4. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.7.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

7.7.6. Os resultados obtidos em relação à contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

7.7.7. Os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

7.7.8. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

7.7.9. A conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

7.7.10. O cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

7.7.11. A satisfação do público usuário.

7.7.12. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

7.7.13. O fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

7.7.14.1. Marca;

7.7.14.2. Qualidade;

7.7.14.3. Forma de uso.

7.7.15. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente.

#### 7.8. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.8.1. O fiscal de contrato será designado em portaria, nos termos da Lei nº 14.333, de 1º de abril de 2021.

7.8.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

7.8.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

7.8.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

7.8.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.8.9. As disposições previstas neste Projeto Básico não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

7.8.10. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.8.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

#### 7.9. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.9.3.1. Solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional; à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido, e aos depósitos do FGTS, e ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

7.9.3.2. Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado; e

7.9.3.3. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

7.9.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.333, de 1º de abril de 2021.

#### 7.10. GESTOR DO CONTRATO

7.10.1. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto:

7.10.1.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

- 7.10.1.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- 7.10.1.3. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 7.10.1.4. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 7.10.1.5. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 7.10.1.6. Acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 7.10.1.7. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 7.10.1.8. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada;
- 7.10.1.9. Ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 7.10.1.10. Coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 7.10.1.11. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; e
- 7.10.1.12. Desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

7.10.2. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.

7.10.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.5. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.6. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.10.7. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.10.9. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A Administração pagará à empresa concorrente, pelos serviços efetivamente executados, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira. Os preços global e unitário incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Termo, constituindo-se, na única remuneração pelos trabalhos contratados e efetivamente executados.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. Não produzir os resultados acordados;

8.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.3.1. O serviço que não se adequar às formas de pagamento estabelecidas neste Projeto Básico e/ou que não seja executado em plena conformidade com eles, não terá faturamento;

8.3.2. As faturas emitidas deverão ser acompanhadas de documentação que justifique cada serviço faturado, com a indicação do número da nota de empenho que lhe dá cobertura. Para serviços de campo, as medições serão atestadas pela fiscalização, com a indicação do período de sua execução.

8.4. É estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a efetivação dos pagamentos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da Administração, sendo de 10 (dez) dias o prazo estimado para a liberação da fatura pela equipe de fiscalização dos serviços.

8.5. Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à empresa concorrente, para correções e acertos, iniciando-se, após essa reapresentação, nova contagem dos prazos para pagamento.

8.6. A forma de pagamento - preço global, em razão do regime de contratação semi-integrada - será aplicada levando-se em consideração a característica da obra.

### **8.7. DO RECEBIMENTO**

8.7.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.7.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.7.3. A contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a

entrega do último.

8.7.11. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções quando exigíveis.

8.7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

8.7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.7.16.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.8. LIQUIDAÇÃO**

8.8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.8.3.1. o prazo de validade;

8.8.3.2. a data da emissão;

8.8.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.8.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.8.3.5. o valor a pagar; e

8.8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

## **8.9. CONSULTA AO SICAF**

8.9.1. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.9.1.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.9.1.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.9.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.9.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.9.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **8.10. PRAZO DE PAGAMENTO**

8.10.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.10.2. Os encargos financeiros por atraso de pagamento são: juros aplicados à caderneta de poupança, nos moldes do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997.

## **8.11. FORMA DE PAGAMENTO**

8.11.1. A CONTRATANTE procederá aos pagamentos à Contratada em conformidade com os serviços efetivamente executados de acordo com o objeto deste Contrato, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.11.2. O pagamento da obra, objeto do presente Contrato, será efetuado mediante faturamento mensal apresentado por meio de MEDIÇÕES que comprovem a sua execução, conforme serviços efetivamente executados, sujeito às seguintes condições gerais:



- 8.11.2.1. As faturas exigirão o acompanhamento de documentação que justifique cada serviço faturado, com a indicação do número da nota de empenho que lhe dá cobertura;
- 8.11.2.2. As medições serão atestadas pela Comissão de Fiscalização designada pela Contratante, com a indicação do período de sua execução;
- 8.11.2.3. Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à Contratada, para correções e acertos, iniciando-se, após essa apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento;
- 8.11.3. Nenhum faturamento da CONTRATADA será processado sem que tenha sido previamente emitido o respectivo Relatório de Medição.
- 8.11.4. Em relação aos pagamentos das obras civis e serviços, os preços deverão incluir a compensação integral por todos os materiais, mão de obra, ferramentas, acessórios, equipamentos auxiliares e demais complementos que se façam necessários para a correta execução dos mesmos.
- 8.11.5. Os valores referentes às obras/serviços que eventualmente forem rejeitados, relativos a uma medição, serão retidos e somente pagos após a Contratada refazê-los e a Fiscalização recebê-los e aprová-los.
- 8.11.6. A liberação das medições, para pagamento, não significa aceitação provisória ou final dos serviços. No caso da necessidade de refazer obra ou serviço, este será de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 8.11.7. O pagamento da execução do objeto licitado deverá guardar estreita correlação com os serviços programados e executados, e será efetuado em reais, aos preços da proposta, obtidas pela soma dos valores realizados no período, apresentados e aprovados pela CONTRATANTE, e após a submissão dos seguintes documentos:
- 8.11.7.1. Carta de encaminhamento solicitando o pagamento;
- 8.11.7.2. Nota Fiscal/Fatura da Contratada, contendo descrição dos serviços, quantidade, preços unitários e valor total, mencionando ainda, obrigatoriamente, o número da licitação e do Contrato, devidamente atestada pela Fiscalização;
- 8.11.7.3. Boletim de Medição, conforme modelos apresentados nas Planilhas de Orçamento, devidamente atestado pela Fiscalização, contendo os serviços executados, acompanhado da respectiva memória de cálculo;
- 8.11.7.4. Certidão Negativa de Débitos / Positiva / Positiva com efeito de Negativa, junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal. A Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte deverá vir acompanhada da Certidão quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela PGE;
- 8.11.7.5. Cópia do comprovante de recolhimento do ISS junto à Fazenda do Município de execução dos serviços;
- 8.11.7.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- 8.11.7.7. Cópia da GPS quitada e recolhida na matrícula CEI da obra, do mês de referência;
- 8.11.7.8. Cópia da GFIP, com comprovante de entrega.
- 8.11.8. Em caso de paralisação da obra, a Contratada deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis, cópia da GFIP com o código de paralisação e o respectivo comprovante de entrega.
- 8.11.9. O pagamento referente à última medição ficará condicionado à entrega do documento comprobatório de solicitação de encerramento da matrícula CEI.
- 8.11.10. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Projeto Básico, após o fornecimento/execução do objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento, mediante apresentação, aceitação e atesto pela comissão de fiscalização com a indicação do período de sua execução nos documentos hábeis de cobrança.
- 8.11.11. Os pagamentos serão efetuados após a verificação da Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária da Contratada, em sítio oficial correspondente.
- 8.11.12. No caso de consórcio, será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que o integram, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada na Carta de Apresentação da Proposta de Preços, respeitada a proporcionalidade estabelecida no Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.
- 8.11.13. Os faturamentos da Contratada deverão ser sempre feitos no último dia de cada mês, no valor da Medição Mensal aprovada pela CONTRATANTE. Os correspondentes documentos de cobrança deverão ser apresentados à CONTRATANTE no primeiro dia útil do mês subsequente.
- 8.11.14. A Contratada deverá informar no documento hábil de cobrança o nome completo da pessoa jurídica, o CNPJ, nome do Banco, nº da Agência e nº da conta para depósito, pela CONTRATANTE, do crédito a que a Contratada tem direito. Os dados retro mencionados, obrigatoriamente, deverão ser da mesma pessoa jurídica Contratada.
- 8.11.15. As faturas somente serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela Comissão de Fiscalização, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções.
- 8.11.16. Os cronogramas físico e financeiro estarão sujeitos aos ajustes, em função de motivos supervenientes, especialmente os de natureza operacional do local onde serão executados os serviços.
- 8.11.17. Os valores a serem pagos relativos aos serviços executados, serão calculados conforme os critérios abaixo relacionados:
- 8.11.17.1. Multiplicando-se as quantidades executadas e medidas, desde que verificadas e aprovadas pela Fiscalização da CONTRATANTE, pelos preços unitários constantes na planilha de quantidades e preços do contrato;
- 8.11.17.2. Não caberá nenhum pagamento adicional aos preços contratuais, uma vez que nos mesmos estão incorporadas as particularidades do local e do projeto;
- 8.11.17.3. Uma vez aprovadas as medições e as faturas correspondentes, estas serão pagas ou creditadas de acordo com a cláusula contratual específica.
- 8.11.18. A CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que se reserva no direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo.
- 8.11.19. As empresas dispensadas de retenções, deverão entregar a declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, se sujeitarão à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal.
- 8.11.20. O pagamento relativo à última etapa será efetuado após a emissão do “Termo de Recebimento Definitivo”, conforme disposto neste Termo, podendo a CONTRATANTE realizá-lo até o 30º (trigésimo) dia útil, contado da data de entrada da documentação de cobrança no protocolo da CONTRATANTE, desde que os documentos estejam corretos.
- 8.11.21. Considerar-se-á como “data de conclusão das obras/serviços”, para contagem de prazo, a da emissão pela CONTRATANTE do respectivo “Termo de Entrega e Recebimento Definitivo”.
- 8.11.22. Comunicado o encerramento da obra, para a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo”, a Contratada deverá apresentar, em até 60 (sessenta) dias, a Certidão Negativa de Débito relativa à regularidade das Contribuições Previdenciárias (CND, CNDT, Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa ou Certidão Negativa de Débito com finalidade de Averbação), sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e retenção dos créditos.
- 8.11.23. A contratante poderá sustar e/ou glosar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- 8.11.23.1. Execução defeituosa dos serviços;
- 8.11.23.2. Descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados;
- 8.11.23.3. Débito da Contratada para com a CONTRATANTE quer proveniente da execução do Contrato decorrente desta licitação, quer de obrigações de outros instrumentos contratuais;
- 8.11.23.4. Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- 8.11.23.5. Obrigações da Contratada com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a CONTRATANTE; e
- 8.11.23.6. Paralisação dos serviços por culpa da Contratada.

8.11.24. Os pagamentos das obras e serviços objeto do presente Contrato serão efetuados em reais, com base nas medições mensais dos serviços efetivamente executados e aprovados pela CONTRATANTE, procedidas independentemente de solicitação da CONTRATADA, e obedecendo aos preços unitários propostos.

8.11.25. As medições serão sempre feitas a cada período de 30 (trinta) dias corridos. A periodicidade poderá ser inferior a um mês calendário na primeira e na última medição, quando o início ou término das etapas das obras/serviços ocorrer no curso do mês; neste caso o cronograma será ajustado à situação.

8.11.26. No processo de medição deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo município.

8.11.27. O pagamento da Administração Local será realizado de forma mensal e será calculado de forma proporcional ao andamento das obras, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (Acórdão n.º 2622/2013).

8.11.28. Os pagamentos de Mobilização e Desmobilização da CONTRATADA, dos serviços de Manutenção de Acampamentos e Canteiros e Administração Local, serão efetuados com base no cronograma físico-financeiro.

8.11.29. Os preços dos serviços de montagem deverão incluir a compensação integral por todos os materiais, mão de obra, ferramentas, acessórios, equipamentos auxiliares e demais complementos que se façam necessários para a correta instalação e colocação em operação, nas condições especificadas, dos diversos equipamentos objeto das especificações.

8.11.30. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.11.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.11.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.11.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11.34. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8.12. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

8.12.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total).

## 8.13. REAJUSTE

8.13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento da licitação. Após esse período poderão ser reajustados para cobrir flutuações no custo dos insumos, na proporção da variação verificada no Índice Nacional de Custo da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais, na forma da Lei, obedecendo à seguinte fórmula de reajuste:

- Onde:
- R = valor do reajustamento procurado.
- It = valor do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, código A0160868 da FGV (coluna 35), do mês da conclusão dos serviços.
- Io = valor do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, código A0160868 da FGV (coluna 35), do mês do orçamento.
- V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado

$$R = \frac{I_T - I_0}{I_0} \times V$$

8.13.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

8.13.3. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

8.13.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

9.1.5. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.7. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.10. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.11. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.12. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

9.2.1. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

9.2.2. Multa:

9.2.2.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.2.2.2. Moratória de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso que exceder o prazo definido na alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitado a 5% do valor do contrato;

9.2.2.3. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia de execução, certidões, ou demais obrigações acessórias, conforme o caso.

9.2.2.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato.

9.2.2.5. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;

9.2.2.6. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução parcial, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 100% e superior a 50% (cinquenta por cento) do total.

9.2.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3 e 9.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, respeitando o princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, na conta bancária da CONTRATANTE, em favor da CONTRATANTE, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

9.5. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, pro rata die, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

9.6. No caso da CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a Contratante poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.8. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Contratante, decorrentes das infrações cometidas.

9.9. Também ficam sujeitas às penalidades, às empresas ou profissionais que:

9.9.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.9.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.9.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.10. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei Complementar Estadual nº 303, de 2005.

9.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.15. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

9.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.17. Todas as penalidades deverão ser obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONCORRÊNCIA pois o mesmo atende aos critérios elencados na Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. Esta escolha se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar a obra, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

10.1.2. A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

10.1.3. A Licitação será realizada como Concorrência Eletrônica, pois tem a natureza de obra de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/2021, que justifica a escolha por esta modalidade. Considerando o nível de complexidade da obra, o critério de julgamento da licitação será o de Menor Preço.

10.1.4. O critério de menor preço seleciona a proposta que represente o menor dispêndio para a Administração; Incentiva o particular contratado a executar o contrato sob o viés do interesse público; Faz com que o particular busque a lucratividade do seu negócio sem se afastar do interesse público.

### **10.2. REGIME DE EXECUÇÃO**

10.2.1. A contratação será em regime de execução SEMI-INTEGRADA, conforme orienta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Tal adoção se justifica pela necessidade de adequação do Projeto padronizado anterior à execução da obra, por meio da elaboração do Projeto executivo.

10.2.2. Nos termos do art. 6º, inciso XXV, c/c os arts. 11, 18 e 22 da Lei nº 14.133/2021, a licitante poderá apresentar, em sua proposta, alterações ao Projeto padronizado fornecido pela Administração, desde que devidamente fundamentadas em estudos técnicos e acompanhadas de demonstração objetiva da superioridade das inovações sugeridas, com foco em pelo menos um dos seguintes aspectos: (i) redução de custos, (ii) aumento da qualidade técnica da obra ou serviço, (iii) diminuição do prazo de execução, ou (iv) facilitação das atividades de manutenção ou operação, sem prejuízo à finalidade pública do objeto contratado.

10.2.2.1. As alterações deverão respeitar os parâmetros técnicos mínimos estabelecidos no Projeto padronizado, manter a compatibilidade com os objetivos do empreendimento e observar os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e do interesse público. A sua aceitação ficará condicionada à análise técnica da Administração e à aprovação formal e prévia da autoridade competente, nos termos do art. 18, §1º, da referida Lei.

10.2.2.2. Caso aprovadas, as modificações integrarão o escopo contratual e serão consideradas vinculantes, ficando o contratado integralmente responsável pela sua implementação e por todos os riscos a ela associados, inclusive aqueles de natureza técnica, operacional, financeira e legal. Essa responsabilidade inclui a reparação de eventuais falhas de desempenho, vícios construtivos ou quaisquer impactos que comprometam a funcionalidade, a durabilidade ou a manutenção da obra ou serviço.

10.2.2.3. A aprovação das alterações não implicará, sob nenhuma hipótese, em ônus adicional para a Administração Pública ou alteração nas condições contratuais de pagamento, salvo nos casos expressamente autorizados pela legislação vigente.

10.3. **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

10.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

10.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

10.4.1. Os documentos necessários à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista deverão ser apresentados em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 na forma de apresentação estabelecida no edital. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.4.1.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.4.1.1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.1.1.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.4.1.1.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.1.1.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.1.1.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.1.2. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.4.1.2.1. Das declarações:

10.4.1.2.1.1. Declaração ME ou EPP;

10.4.1.2.1.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo;

10.4.1.2.1.3. Declaração que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz.

10.4.1.2.2. Dos cadastros e certidões:

10.4.1.2.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.4.1.2.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.1.2.2.3. Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.1.2.2.4. Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

10.4.1.2.2.5. Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante emissão de CNDT;

10.4.1.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.4.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.4.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

10.4.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC), e Solvência Geral (ISG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes formulas:

$$ISG = AT : ( PC + ELP )$$

$$ILG = ( AC + RLP ) : ( PC + ELP )$$

$$ILC = AC : PC$$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

10.4.1.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.1.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.1.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.4.1.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.4.1.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.4.1.4.1. A Contratada deverá comprovar de forma objetiva, conforme art. 67 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sua capacidade técnico-operacional e técnico-profissional apresentando a seguinte documentação:

10.4.1.4.1.1. Registro da Pessoa Jurídica da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

10.4.1.4.1.1.1. A comprovação técnico-operacional para empresa responsável pela execução será de uma quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas de maior relevância presentes na Curva ABC anexa ao Edital, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

10.4.1.4.1.2. Registro da Pessoa Física (profissionais) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

10.4.1.4.1.2.1. A comprovação técnico-profissional para o profissional responsável pela execução será de uma quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas de maior relevância presentes na Curva ABC anexa ao Edital, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

10.4.1.4.1.3. A comprovação dos subitens 10.4.1.4.1.1.1. e 10.4.1.4.1.2.1. podem ser através Certidão de Acervo Técnico do órgão de entidade de classe,

CREA e/ou CAU;

10.4.1.4.1.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão possuir vínculo com a empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

10.4.1.4.1.5. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

10.4.1.4.1.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

10.4.1.5. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.4.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.2. **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

10.4.2.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.4.2.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4.2.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.4.2.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4.2.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4.3. **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS**

10.4.3.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.4.3.2. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a. Ata de fundação;
- b. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- g. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.4.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

10.4.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

10.4.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

11. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Tabela 02

QTDE	ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
01	Centro Comunitário pela Vida - CONVIVE - Natal/RN	R\$ 14.776.210,54

11.1. Foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021 e Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e suas alterações.

11.2. Para atender a presente demanda, foram obtidos valores através da realização de orçamento sintético, realizado com base nas tabelas de preço SINAPI, ORSE, SICRO, SBC, SEDOP, SETOP, SIURB, CPOS/CDHU E FDE. Tal orçamento foi disponibilizado pelo Ministério da Justiça e disponibilizado como base para construção do objeto do contrato.

11.3. Foram realizados levantamento de quantitativos de serviços baseados nos projetos padrões enviados pelo MJSP, após adaptação do projeto padrão ao local na qual será instalado o objeto da presente contratação. A atualização dos valores foi realizada pela tabela SINAPI do Estado do RN, acrescido do BDI com base no projeto de referência do Governo Federal.

11.4. Vale salientar que os itens de cotação própria do orçamento citado no item anterior, são composições analíticas fornecidas pelo próprio Ministério da Justiça. A utilização desses dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal.

11.5. Os orçamentos base do Ministério da Justiça foram compatibilizados e adequados às condições de implantação no terreno do município.

11.6. Portanto, o valor total estimado deste objeto será de R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos).

12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Há previsão da adequação orçamentária, conforme Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira e Informação de Adequação Orçamentária Financeira anexos, em consonância com o orçamento constante no Orçamento Resumido SEI 35843363.

13. **INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS ANEXOS CONTIDOS NO EDITAL**

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (SEI 37467021);

Anexo II - Análise de Riscos (SEI 36465039);  
Anexo III - Projeto PADRONIZADO - ASSISTÊNCIA (SEI 35132942);  
Anexo IV - Projeto PADRONIZADO - AUDITÓRIO (SEI 35132963);  
Anexo V - Projeto PADRONIZADO - CAMPO SOCITY (SEI 35132999);  
Anexo VI - Projeto PADRONIZADO - CASA DE BOMBAS (SEI 35133037);  
Anexo VII - Projeto PADRONIZADO - CASA DE LIXO (SEI 35133073);  
Anexo VIII - Projeto PADRONIZADO - ENSINO (SEI 35133111);  
Anexo IX - Planta PADRONIZADO - GUARITA (SEI 35133137);  
Anexo X - Projeto PADRONIZADO - DE IMPLANTAÇÃO (SEI 35133170);  
Anexo XI - Projeto PADRONIZADO - PISCINA (SEI 35133186)  
Anexo XII - Projeto PADRONIZADO - QUADRA POLIESPORTIVA (SEI 35133236);  
Anexo XIII - Projeto PADRONIZADO - VESTIARIO (SEI 35133276);  
Anexo XIV - Memorial Descritivo Projeto Básico (SEI 35063355);  
Anexo XV - Documento ART - Projeto Padrão (SEI 35063307);  
Anexo XVI - Comprovante de Plenos Poderes Inerentes à Propriedade (SEI 35141946);  
Anexo XVII - Planta de Implantação (SEI 35133465);  
Anexo XVIII - Orçamento Resumido (SEI 35843363);  
Anexo XIX - Orçamento Sintético (SEI 35843158);  
Anexo XX - Orçamento Analítico (SEI 35843307);  
Anexo XXI - Curva ABC de Insumos (SEI 35843597);  
Anexo XXII - Curva ABC de Serviços (SEI 35843250);  
Anexo XXIII - Cronograma Físico e Financeiro (SEI 35843415);  
Anexo XXIV - BDI Natal/RN (SEI 35845443);  
Anexo XXV - Encargos Sociais (SEI 35845390);  
Anexo XXVI - ART Implantação (SEI 35133697);  
Anexo XXVII - Orçamento ANALITICO FOTOVOLTAICO (SEI 35842229);  
Anexo XXVIII - Declaração de fundação de vizinhança (SEI 35141952);  
Anexo XXIX - Tabela SINAPI - Parâmetros CAIXA (37528329).

**ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO**

**O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL - SESED/RN, com sede no Centro Administrativo do Estado, Avenida Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.064-901, inscrita no CNPJ sob no **00.498.299/0001-56**, neste ato representada pelo **Secretário Francisco Canindé de Araújo Silva**, **portador da matrícula funcional n.º 054.636-4** e CPF 423.015.564-68, neste ato denominados **CONTRATANTE**, e **XXXXXXXX**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.ºxxxxx, com sede no endereço XXX, e o(a) ..... , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 00510028.004278/2025-91 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *concorrência eletrônica n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**14. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.**

14.1. Contratação Semi-integrada de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para elaboração do projeto executivo de engenharia e a execução da obra de construção de uma unidade do projeto Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE na cidade Natal/RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

14.2. Objeto da contratação:

Tabela 01			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE.	01	R\$ xxxxxxxxxx

14.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Projeto Básico;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados;

14.4. O regime de execução é o de contratação semi-integrada.

**15. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

15.1. O Contrato terá vigência pelo período de até **24 (vinte e quatro) meses**, sendo contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

15.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

**16. CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO, DA GESTÃO CONTRATUAL E DA MATRIZ DE RISCO**

16.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

16.2. Os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação, relacionados à solução técnica do projeto executivo proposta pelo Contratado são de sua exclusiva responsabilidade, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro.

- 16.3. O inciso anterior se aplica a escolhas decorrentes de modificação do projeto básico, quando proposta pela Contratada, mesmo que aprovado pelo Contratante.
- 16.4. Constituem riscos a serem suportados exclusivamente pela CONTRATANTE:
- 16.4.1. Alterações nos Projetos Básico ou Executivo decorrentes de necessidade superveniente da Administração;
- 16.4.2. Descobertas de Patrimônio arqueológicos ou interferências no patrimônio cultural;
- 16.4.3. Impossibilidade de execução da obra sem o devido remanejamento de redes da Energia, drenagem, esgoto, gás e Fibra Ótica desconhecidas elaboração do projeto executivo em relação ao projeto básico;
- 16.4.4. Ausência de levantamento Topográfico e Ensaio de Sondagem;
- 16.4.5. Não realização de pagamentos de acordo com cronograma físico financeiro desde que cumprido o evento. Problemas de liquidez do construtor. Eventual paralisação dos serviços;
- 16.4.6. Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alteração do projeto;
- 16.4.7. Mudanças tributárias alterando os custos da obra, e ou de alterações do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido;
- 16.4.8. Alteração nos custos com salários e materiais de construção não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual;
- 16.4.9. Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão contratante.
- 16.5. Constituem riscos a serem suportados exclusivamente pela CONTRATADA:
- 16.5.1. Não cumprimento ou desconformidade com as condicionantes impostas no licenciamento ambiental;
- 16.5.2. Demora na obtenção de licenças ambientais acessórias, por culpa exclusiva da contratada; sendo elas: canteiro, jazida ou areal e pedreira, empréstimos, bota fora e outras inerentes a execução da obra;
- 16.5.3. Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no projeto básico. Erros nos projetos elaborados pela contratada;
- 16.5.4. Ocorrência de acréscimos de volumes de escavação em solo (inclusive de terceira categoria e rocha) ou ocorrências de obras especiais de contenção, com consumo maior de aço e concreto ou alteração de metodologia a técnica de construção;
- 16.5.5. Acréscimos de serviços para contenção de sinistro;
- 16.5.6. Refazimento de serviços ou paralisados motivados por questões climáticas;
- 16.5.7. Descontinuidade dos trabalhos, queda de produtividade;
- 16.5.8. Não obtenção dos requisitos de qualidade;
- 16.5.9. Necessidade de projetos e aprovações junto às concessionárias para acessos/remanejamentos de interferências não previstas. Riscos envolvendo remanejamento de interferências;
- 16.5.10. Acréscimo de volume em relação ao projeto básico, Alteração de material, botaforas e áreas de depósito;
- 16.5.11. Acréscimo em quantitativo em relação ao projeto básico;
- 16.5.12. Acidentes causados por queda de objetos ou de trabalhadores na obra ou desmoronamento das estruturas da obra;
- 16.5.13. Roubos e furtos de materiais e equipamentos na obra. Perda ou perecimento de materiais de construção;
- 16.5.14. Atos de vandalismo de empregados ou de terceiros que causem danos às instalações das obras;
- 16.5.15. Gerenciamento e administração inadequada da construção;
- 16.5.16. Prejuízos causados por subcontratados;
- 16.5.17. Demora na mobilização inicial da construtora;
- 16.5.18. Danos às propriedades vizinhas da obra por recalques do solo ou vibração causadas por explosões;
- 16.5.19. Interposição de ações judiciais contra a contratada e os seus subcontratados;
- 16.5.20. Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado.
- 16.6. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção XX% para a CONTRATANTE e XX% para a CONTRATADA:
- 16.6.1. Erro na estimativa de custo da obra, inclusive os decorrentes de omissão de serviços no orçamento e de previsões erradas de quantitativos de serviços, ou, ainda, previsão de preços unitários que não correspondem aos parâmetros de mercado.
- 16.6.1.1. Na contratação semi-integrada, o risco de erros e omissões de quantitativos são exclusivos da contratada para pequenas variações de serviços (até 10% em relação ao quantitativo previsto por item na planilha orçamentária), cabendo a celebração de aditivos nos casos de erros que superem esse patamar e se refiram, cumulativamente, a serviços constantes da parte “A” da curva ABC.
- 16.6.1.2. Caso haja uma diferença, entre as quantidades apuradas pela contratada durante a execução e as quantidades previstas no projeto básico elaborado pela Administração de mais de 10%, para mais ou para menos, é cabível, mediante a celebração de termo de aditamento contratual, o ressarcimento por parte da Administração ou da contratada, conforme o caso, da diferença que exceder esse percentual, a maior ou a menor.
- 16.7. Matriz de risco :

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO	GRAU DE OCORRÊNCIA	GRAU DE IMPACTO	EXPOSIÇÃO AO RISCO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO RISCO
Ambiental	Não cumprimento ou desconformidade com as condicionantes impostas no licenciamento ambiental.	Atraso no início das obras ou no cronograma de execução. Aumento dos custos de execução. Paralisação não prevista dos serviços. Multas ou outras penalidades aplicadas pelos órgãos ambientais. Embargo da obra. Cassação da licença ambiental.	BAIXO	BAIXO	BAIXO	A administração deve adotar medidas tempestivas para assegurar o cumprimento dos condicionantes ambientais. O engenheiro fiscal deverá informar ao gestor do contrato para emissão de notificação a contratada e se necessário paralisar os serviços. A contratada deve seguir fielmente as especificações dos serviços e cumprir as condicionantes ambientais para execução da obra.	Risco da Contratada
						A contratada deverá iniciar o processo de licenciamento já na mobilização,	Risco da Contratada. A contratada não terá direito a nenhuma

Ambiental	Demora na obtenção de licenças ambientais acessórias, por culpa exclusiva da contratada; sendo elas: canteiro, jazida ou areal e pedreira, empréstimos, bota fora e outras inerentes a execução da obra.	Atraso no início das obras ou no cronograma de execução. Aumento dos custos do empreendimento.	BAIXO	BAIXO	BAIXO	obedecendo todas as normas ambientais para o processo de licenciamento. A administração fará monitoramento e controle para assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais impostas no parecer técnico da licença ambiental. Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	prorrogação do prazo contratual ou a reajuste de preços em virtude de sua mora na execução dos serviços, além de ser sancionado com as penalidades previstas em contrato. Se o órgão ambiental exigir a alteração do projeto executivo elaborado pela contratada como condição para o licenciamento, este arcará com os custos decorrentes.
Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	Descobertas de Patrimônio arqueológicos ou interferências no patrimônio cultural.	Alterações no cronograma de execução e de custo da obra.	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Deverá ser realizado a consulta ao IPHAN. Elaboração de Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - RAIPA, Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - PAIPA e resgate arqueológico. Prorrogação de prazo e aditivos de alteração de projeto	Risco da Contratante Arcará com os custos de monitoramento, resgate e salvamento, além dos aditivos de prazo, bem como suportará o custo de eventuais alterações de projeto e reajustamento.
Projeto	Impossibilidade de execução da obra sem o devido remanejamento de redes da Energia, drenage, esgoto, gas e Fibra Ótica desconhecidas elaboração do projeto executivo em relação ao projeto básico	Atraso cronograma e elevação dos custos de projetos e obras	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Aditivo contratual	Risco do Contratante
Projeto	Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no projeto básico. Erros nos projetos elaborados pela contratada.	Atraso na elaboração dos projetos executivo. O projeto executivo elaborada pela contratada não é aprovado pela Administração ou por outros órgãos licenciadores. Necessidade de refazer o projeto. Atraso no cronograma	BAIXO	ALTO	MEDIO	Responsabilidade da solução de engenharia pela contratada; Não pagamento se os níveis de serviço não forem atingidos. Cláusula no contrato prevendo alteração do projeto básico. Inserir cláusula contratual prevendo penalidades, glosa no valor da medição (IMR) e rescisão do contrato.	Risco da Contratada
Projeto	Ausência de levantamento Topografico e Ensaio de Sondagem	Atraso no início das obras ou no cronograma de execução. Aumento dos custos de execução. Paralisação não prevista dos serviços.	ALTO	MÉDIO	ALTO	Documentar formalmente a escolha da solução, garantindo transparência na decisão. Buscar Ensaios de sondagens em terrenos vizinhos para minimizar os riscos.	SESED
	Erro na estimativa de custo da obra, inclusive os decorrentes de omissão de serviços no orçamento e de	Alteração da				Análise criteriosa do	Risco da Contratada. Na contratação semi-integrada, o risco de erros e omissões de quantitativos são exclusivos da contratada para pequenas variações de serviços (até 10% em relação ao quantitativo previsto por item na planilha orçamentária), cabendo a celebração de aditivos nos casos de erros que superem esse patamar e se refiram, cumulativamente, a serviços constantes da parte "A" da curva ABC. Caso haja uma



Orçamento	previsões erradas de quantitativos de serviços, ou, ainda, previsão de preços unitários que não correspondem aos parâmetros de mercado.	lucratividade prevista	BAIXO	MEDIO	BAIXO	projeto e do orçamento	diferença, entre as quantidades apuradas pela contratada durante a execução e as quantidades previstas no projeto básico elaborado pela Administração de mais de 10%, para mais ou para menos, é cabível, mediante a celebração de termo de aditamento contratual, o ressarcimento por parte da Administração ou da contratada, conforme o caso, da diferença que exceder esse percentual, a maior ou a menor.
Geológico	Ocorrência de acréscimos de volumes de escavação em solo (inclusive de terceira categoria e rocha) ou ocorrências de obras especiais de contenção, com consumo maior de aço e concreto ou alteração de metodologia a técnica de construção	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	MEDIO	MEDIO	BAIXO	Realização de levantamento geotécnico apurado. Realização de levantamento topográfico apurado.	Risco da Contratada
Geológico	Acréscimos de serviços para contenção de sinistro.	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Contratação semi-integrada, remuneração de risco prevista no contrato	Risco da Contratada
Risco Meteorológico	Refazimento de serviços ou paralizados motivados por questões climáticas.	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	MEDIO	MEDIO	ALTO	Cláusula Contratual: para chuvas nas médias históricas dos últimos 10 anos - a Contratada já prevê nos custos. Acima da média hitórica a Contratante responde	Risco da Contratada
Interrupção da obra	Descontinuidade dos trabalhos, queda de produtividade	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	BAIXO	ALTO	BAIXO	Contrato semi-integrado, contratada responsável pelo plano de adequação à obra. Remuneração de risco, Seguro risco de engenharia.	Risco da Contratada
Obsolescência Tecnológica, Inovação Técnica / Deficiência de Equipamentos	Não obtenção dos requisitos de qualidade	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	BAIXO	ALTO	MEDIO	Retrabalhos; Risco profissional	Risco da Contratada
Interferências com concessionárias	Necessidade de projetos e aprovações junto às concessionárias para acessos/remanejamentos de interferências não previstas. Riscos envolvendo remanejamento de interferências.	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	ALTO	MEDIO	MEDIO	Contratação semi-integrada - Responsabilidade do Contratado	Risco da Contratada
Terraplenagem (Solos Inservíveis)	Acréscimo de volume em relação ao projeto básico, Alteração de material, botaforas e áreas de depósito.	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	MEDIO	MEDIO	BAIXO	Contratação semi-integrada, remuneração do risco	Risco da Contratada
Drenagem e Obras complementares	Acréscimo em quantitativo em relação ao projeto básico	Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra.	BAIXO	ALTO	BAIXO	Contratação semi-integrada, remuneração do risco	Risco da Contratada
		Paralisação das obras ou atraso no cronograma de execução; Aumento dos custos ;Necessidade de repor os serviços, materiais e equipamentos				Acompanhamento da obra pelo seu responsável técnico e pela equipe de	

Riscos de Acidentes	Acidentes causados por queda de objetos ou de trabalhadores na obra ou desmoronamento das estruturas da obra.	danificados; Responsabilidade civil por danos à propriedade do contratante ou de terceiros; Indenizações por danos materiais ou morais a eventuais vítimas; Condenações na esfera trabalhista; Multas, embargos e outras penalidades aplicadas por órgãos de fiscalização	BAIXO	ALTO	MEDIO	fiscalização. Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva. Execução de linha de vida e fornecimento de EPI's adequados aos trabalhadores.	Risco da Contratada
Construção	Roubos e furtos de materiais e equipamentos na obra. Perda ou perecimento de materiais de construção.	Aumento de custos de execução. Eventuais atrasos para a aquisição de novos bens	BAIXO	MEDIO	BAIXO	Fiscalização administrativa do cumprimento das regras trabalhistas pela contratada	Risco da Contratada
Construção	Atos de vandalismo de empregados ou de terceiros que causem danos às instalações das obras.	Aumento de custos de execução. Atrasos do cronograma de execução.	BAIXO	MEDIO	BAIXO	Fiscalização administrativa do cumprimento das regras trabalhistas pela contratada	Risco da Contratada
Construção	Gerenciamento e administração inadequada da construção.	Aumento dos custos ou descumprimento dos prazos contratuais.	BAIXO	ALTO	MEDIO	Exigência de garantias contratuais. Presença do responsável técnico da contratada no canteiro. Verificar se o responsável técnico constante da ART é o mesmo que foi submetido para efeito da habilitação da empresa. Previsão contratual de aplicação de penalidades	Risco da Contratada
Construção	Prejuízos causados por subcontratados.	Aumento dos custos ou descumprimento dos prazos contratuais. Eventual necessidade de reparar danos causados a outras instalações do contratante ou de terceiros	BAIXO	MEDIO	BAIXO	Exigência de garantias contratuais. Previsão contratual de aplicação de penalidades. Exigência de requisitos adequados de habilitação dos licitantes. Avaliação, pela equipe de fiscalização, dos pedidos de subcontratação formulados pelo contratado. Estabelecer em edital o percentual máximo de subcontratação, bem como que parcelas da obra poderão ou não ser subcontratadas, além dos requisitos e documentos do subcontratado a serem apresentados para a fiscalização	Risco da Contratada
Construção	Demora na mobilização inicial da construtora.	· Alteração no prazo de execução do objeto contratual. · Postergação do início da obra.	ALTO	ALTO	MEDIO	Exigência de garantia contratual. Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções. Realizar a adequada programação da obra.	Risco da Contratada
Construção	Danos às propriedades vizinhas da obra por recalques do solo ou vibração causadas por explosões.	Aumento do custo de execução. Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização. Pagamento de indenizações. Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	MEDIO	MEDIO	MEDIO	Instrumentação e monitoramento dos recalques. Levantamento inicial e detalhado da situação das propriedades.	Risco da Contratada
Risco Financeiro	Não realização de pagamentos de acordo com cronograma físico financeiro desde que cumprido o evento. Problemas de liquidez	Atraso da obra e Elevação de custos	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Reequilíbrio econômicofinanceiro	Risco Contratante

	do construtor. Eventual paralisação dos serviços.						
Legal	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alteração do projeto	Atraso no cronograma para ajustes nos projetos. Custos associados com a alteração dos projetos	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Celebração de aditivo contratual de prazo e ou de valor. Recomposição do Equilíbrio EconômicoFinanceiro.	Risco Contratante
Legal	Mudanças tributárias alterando os custos da obra, e ou de alterações do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.	Alteração da carga tributária incidente sobre a contratada.	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Celebração de aditivo contratual.	Risco Contratante
Legal	Interposição de ações judiciais contra a contratada e os seus subcontratados.	Encargos administrativos do órgão contratante para se defender no processo e perdas decorrentes de sentenças judiciais.	MEDIO	MEDIO	MEDIO	Cláusula contratual prevendo a retenção de parte dos pagamentos devidos a contratada no caso do contratante ser acionado judicialmente por fatores imputáveis ao contratado.	Risco da Contratada
Mercado	Alteração nos custos com salários e materiais de construção não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	Alteração dos custos incorridos pela contratada.	MEDIO	MEDIO	MEDIO	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Celebração de aditivo contratual	Risco da Contratante.
Liquidez	Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado.	Custos administrativos para realização de nova licitação/contratação. Possível perecimento dos serviços executados. Postergação da conclusão da obra	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato e prevendo a imputação a contratada de quaisquer outras perdas e danos para administração em virtude da rescisão contratual por culpa da contratada. Exigência de garantias contratuais. Previsão de retenção das medições ainda não liquidadas.	Risco da Contratada.
Liquidez	Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão contratante	Atraso ou paralisação dos serviços. Possível inadimplência no pagamento dos serviços executados e medidos. Custos com desmobilização da empresa. Atraso na emissão de empenhos. Atraso na assinatura de contratos ou de termos de aditamento contratual. Atraso na realização de apostilamento do contrato com a concessão de reajustes.	BAIXO	BAIXO	BAIXO	Rescisão contratual. Adequação do cronograma de acordo a nova previsão orçamentária.	Risco Contratante

17. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO:
- 17.1. Será admitida a subcontratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto.
- 17.2. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato
18. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO:
- 18.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 18.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 18.3. O valor acima será pago de acordo com o cronograma físico-financeiro.
19. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)
- 19.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato
20. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)
- 20.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação do orçamento.

20.2. Os preços contratuais serão reajustáveis após 01 (um) ano, contados a partir da data do orçamento estimado. Após esse período poderão ser reajustados para cobrir flutuações no custo dos insumos, na proporção da variação verificada no Índice Nacional de Custo da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais, na forma da Lei, obedecendo à seguinte fórmula de reajuste:

Onde:

$$R = \frac{Pp \times (I - Io)}{Io}$$

R = valor do reajustamento procurado.

Pp = valor a preços iniciais contratuais, dos serviços executados a serem reajustados no mês.

I = valor do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, código A0160868 da FGV (coluna 35), do mês da conclusão dos serviços.

Io = valor do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, código A0160868 da FGV (coluna 35), do mês do orçamento.

20.3. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-será o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

20.4. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

20.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

21.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

21.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

21.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

21.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

21.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

21.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato

21.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

21.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

21.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

21.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

21.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

21.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

21.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

21.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

21.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

21.10.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período.

21.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

21.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

21.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

21.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

21.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

21.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

21.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

21.18. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

21.18.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

21.18.2. Comprovação das ligações provisórias de energia, água, esgotamento sanitário, telefonia e gás, se for o caso;

21.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

21.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

21.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

21.19. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

22.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

22.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

22.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

22.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou

terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

22.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

22.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

22.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

22.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

22.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

22.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

22.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

22.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

22.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

22.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

22.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

22.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

22.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

22.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

22.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

22.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

22.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

22.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

22.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

22.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

22.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

22.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

22.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

22.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

22.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

22.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

22.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

22.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

22.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

22.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

22.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

22.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

22.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

22.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

22.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

22.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

22.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

22.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

22.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

22.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

22.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

22.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

22.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

22.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

22.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade<sup>[A1]</sup>;

22.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

22.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

22.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

22.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

22.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

22.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

22.47.3. florestas plantadas; e

22.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

22.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

22.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

22.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

22.48.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

22.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

22.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

22.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

22.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

22.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

22.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

22.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

22.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

22.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

22.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

22.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

22.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

22.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

22.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

22.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

22.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

22.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

22.55. Executar o contrato conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

22.56. Todos os estudos, levantamentos, análises, coleta de dados e documentação técnica, necessários ao atendimento do escopo do objeto elaborado pela CONTRATADA, tanto relativa a obras e/ou projetos, serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, que deles se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo;

22.57. Os direitos patrimoniais e autorais dos projetos e serviços técnicos especializados desenvolvidos pela CONTRATADA, passam a ser propriedade da CONTRATANTE, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída;

22.58. É vedado à CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros quaisquer estudos, levantamento, análise, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras, salvo com prévia autorização expressa pela CONTRATANTE.

22.59. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

22.60. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

22.61. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

22.62. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações e demais documentos anexos.

22.63. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Alvarás, Licença Ambiental de Operação (ou correlata), AVCB, etc.);

22.64. No caso de execução de obra:

22.64.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

22.64.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

22.64.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

22.64.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

22.64.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

22.64.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

22.64.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

22.64.8. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

22.64.9. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

22.64.10. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

22.64.11. O Contratado deverá providenciar o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro de obras e execução dos serviços, sendo também responsável por todas as providências, bem como pelo pagamento de taxas e emolumentos junto às concessionárias de serviços públicos, para efetivação das ligações definitivas de água, telefone, energia elétrica, esgoto, gás e outros pertinentes, bem como junto aos órgãos de licenciamento, sendo estas condições necessárias ao recebimento definitivo da obra.

22.64.12. Providenciar a confecção e colocação, às suas expensas, em lugar visível do canteiro, de placa de obras e licenciamento de acordo com o modelo que será fornecido pelo Contratante.

22.64.13. A realização dos pagamentos não isentará o Contratado das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos serviços por ele executados.

22.64.14. O Contratado deverá pagar todos os impostos, taxas e emolumentos que devam ser pagos por ele nos termos do Contrato, e o Preço do Contrato não deve ser ajustado para qualquer destes custos.

22.64.15. Todos os projetos executivos e legais elaborados pelo Contratado deverão ser aprovados pelo Contratante. O desenvolvimento dos serviços obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

22.64.16. Se o contratado inadimplir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções previstas na legislação correspondente. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

### **23. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

23.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

23.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

23.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

23.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

23.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

23.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

23.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

23.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

23.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

23.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

23.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



24.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO</b>
24.1.	A garantia de execução contratual será exigida conforme regras constantes do Projeto Básico.
25.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA MÍNIMA DA OBRA</b>
25.1.	Nos termos do art. 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá garantir a solidez e a segurança da obra executada pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da aceitação definitiva do objeto pela Administração.
25.2.	Durante o prazo de garantia, a contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
25.3.	A não observância da obrigação de que trata o caput e o parágrafo anterior sujeitará a contratada às penalidades cabíveis, sem prejuízo da execução das garantias eventualmente prestadas.
26.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>
26.1.	As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.
27.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL</b>
27.1.	O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
27.2.	Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
27.3.	Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
27.3.1.	ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
27.3.2.	poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
27.3.3.	O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
27.3.4.	Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
27.3.5.	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
27.3.6.	Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
27.3.7.	O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
27.3.8.	Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
27.3.9.	Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
27.3.10.	Das indenizações e multas.
27.3.11.	A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
27.4.	O CONTRATANTE poderá ainda:
27.4.1.	nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
27.4.2.	nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
27.5.	O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
28.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES</b>
28.1.	Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
28.2.	O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
28.3.	As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
28.4.	Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
28.5.	Considerando-se o regime de execução semi-integrado, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nas seguintes hipóteses, nos termos do art. 133 da Lei nº 14.133/2021:
28.5.1.	para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em virtude de caso fortuito ou força maior;
28.5.2.	por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, desde que solicitada pela Administração, não decorrente de falhas do contratado e observados os limites do art. 125;
28.5.3.	por necessidade de alteração do projeto básico, mediante prévia autorização da Administração, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado quanto à redução de custos, aumento de qualidade, diminuição de prazo ou melhoria na manutenção ou operação, conforme art. 46, § 5º;
28.5.4.	por evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.
29.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
29.1.	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INFORMAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA		
Em conformidade com a Lei Orçamentária Anual - LOA, <b>exercício 2026</b> , que prevê valor Orçamentário e Financeiro à conta da dotação/classificação, discrimina-se conforme segue:		
Projeto/Atividade:	<b>21101 06 122 0301 3417 341702, Construção, reforma e ampliação das unidades do SISPRN por meio da SAF</b>	
Elemento de Despesa:	<b>44.90.51 - Obras e Instalações</b>	
Subelemento da Despesa:	<b>10 - Obras em Andamento de Bens de Uso Especial</b>	
Fonte de Recurso:	<b>0.700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União</b>	
Valor por Fonte:	<b>R\$ 11.990.967,36</b>	<b>(onze milhões, novecentos e noventa mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos).</b>
Fonte de Recurso:	<b>0.704 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural</b>	
	<b>(dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e dezoito</b>	



Valor por Fonte:	R\$ 2.785.243,18	centavos)
Valor Total:	R\$ 14.776.210,54	(quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos).

NOVA DISPONIBILIDADE

Trata-se de processo administrativo oriundo do SETOR DE ENGENHARIA/SESED, iniciado por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD (id. 35233689), que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a elaboração do projeto executivo, execução da obra e equipagem dos Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, no município de Natal/RN, conforme **Termo de Compromisso Plataforma Transferegov nº 973101/2024**, firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Registram-se documentos e peças, conforme seguem:

- i) **Documento de Formalização da Demanda** (id. 35233689);
- ii) **Autorização nº 370/2025** (id. 36065225);
- iii) **Informação 38/2026 - PPA 24 -27 SESED** (id. 38930364), informa que a despesa em questão está em consonância com a **Lei nº 11.671, de 10 de janeiro de 2024**, que instituiu o **PPA 2024-2027 SESED**, com cifra de **R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos)**.

As despesas decorrentes dessa contratação terão a seguinte classificação orçamentária e financeira, com divisão/distribuição dos dispêndios consoante aos exercícios financeiros:

Para o exercício 2026:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21101	06	122	0301	3417	341702	0.700.973101	44.90.51	10 - Obras em Andamento de Bens de Uso Especial	11.990.967,36
						0.704.000000			2.785.243,18

Informamos que o valor total previsto para a contratação é de **R\$ 14.776.210,54 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil duzentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos)**, com base na **Atual Cronograma Físico-Financeiro do CONVIVE NATAL** (id. 35843415), conforme Lei do Orçamento Anual-LOA (id. 39140453).

30. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS ( ART. 92, III)

30.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, Leis e Decretos do Estado do Rio Grande do Norte e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

31. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- PUBLICAÇÃO

31.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

32. CLÁUSULA DÉCIMA NONA- FORO (ART. 92, §1º)

32.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Natal-RN, data da assinatura eletrônica.

Representante legal do CONTRATANTE 2

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO III - JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A exigência de comprovação de capacidade econômico-financeira tem por objetivo garantir que a empresa contratada possua solidez financeira mínima necessária para assumir e executar regularmente o objeto contratual, que envolve a construção de equipamento público de significativa complexidade e valor, com prazos e padrões de qualidade previamente estabelecidos.

A construção do CONVIVE trata-se de uma obra pública de relevância social, que envolve múltiplas etapas construtivas, aquisição de materiais, mobilização de mão de obra qualificada, cumprimento de cronograma físico-financeiro e responsabilidade técnica por serviços de engenharia civil, elétrica, hidrossanitária e acabamentos. A não observância da qualificação econômico-financeira pode acarretar paralisação da obra, atrasos, abandono contratual ou falência da contratada, trazendo sérios prejuízos ao interesse público.

Eventuais atrasos por incapacidade financeira da empresa prejudicam os prazos de entrega do bem, com custos adicionais ao ente público, caso tenha de realizar novo certame, bem como, atrasando a fruição por parte da população, de forma que prejudica o interesse público primário e secundário. Ademais, considerando a limitação de pessoal do órgão para a realização certames, em especial os que envolvem objetos complexos, é de fundamental importância tais garantias, visando mitigar os riscos já previamente identificados na análise de risco.

Dessa forma, os critérios definidos no edital, tais como, apresentação de certidões negativas de falência e insolvência; demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com comprovação de índices mínimos de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral superiores a 1 (um); e eventual comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, em caso de não atingimento dos índices, estão alinhados às melhores práticas da Administração Pública, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, sendo proporcionais, objetivas e suficientes para mensurar a capacidade financeira das empresas participantes.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A exigência de capacidade técnica é igualmente essencial, visando assegurar que o contratado possua a expertise técnica necessária para executar as atividades previstas com qualidade, segurança, economicidade e dentro dos prazos legais.

Conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a comprovação de capacidade técnica deve estar relacionada às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto. No caso da obra em questão, foram identificadas, por meio da Curva ABC do orçamento estimativo, as parcelas mais significativas, entre elas:

- execução de estruturas de concreto armado;
- sistemas de cobertura metálica;
- instalações elétricas e hidrossanitárias complexas;
- acabamentos especiais com acessibilidade e padrão arquitetônico específico.

Dessa forma, foram exigidos:

- Registro da empresa e dos profissionais no CREA;
- Certidões de Acervo Técnico (CAT) compatíveis com pelo menos 50% das parcelas de maior relevância;
- comprovação de vínculo formal entre os profissionais e a empresa licitante.

Tais exigências têm por finalidade minimizar riscos técnicos, assegurar a qualidade da execução e garantir que os profissionais envolvidos já tenham atuado em serviços de natureza e complexidade semelhantes àqueles que se pretende contratar.

ANEXO - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

ANEXO

DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome Completo \_\_\_\_\_, RG N° \_\_\_\_\_, CPF N° \_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante (Razão social), interessado em participar da Concorrência nº \_\_/\_\_, Processo nº \_\_\_\_\_ cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO

DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE ATESTE O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE EDITAL

Nome Completo \_\_\_\_\_, RG n ° \_\_\_\_\_, CPF n ° \_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante (Razão social), interessado em participar da Concorrência nº \_\_/\_\_, Processo n ° \_\_\_\_\_ atende os índices econômicos previstos neste edital maiores que 1 (um) abaixo citados:

1. Índices de Liquidez Geral (LG)
2. Solvência Geral (SG)
3. Liquidez Corrente (LC)
4. Capital social mínimo **ou** patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura profissional da área contábil)

ANEXO

DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

Nome Completo \_\_\_\_\_, RG n ° \_\_\_\_\_, CPF n ° \_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante (Razão social), interessado em participar da Concorrência nº \_\_/\_\_, Processo n ° \_\_\_\_\_ declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO**

....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na Rua ....., nº ....., bairro ....., CEP....., Cidade/UF ..... por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ....., inscrito(a) no CPF sob o nº ....., DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista de qualquer órgão da administração pública.

Natal/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal do Licitante)

**ANEXO - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS**  
**(A licitante deverá apresentar )**

**ANEXO - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

Secretaria de Estado da Infraestrutura/SIN  
BR 101 Km 0, Centro Administrativo Natal - RN

Licitação: CONCORRÊNCIA Nº XX/2024  
Objeto: XX

Prezados Senhores,

O licitante \_\_\_\_\_ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, **PROPÕE** executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), já computado o BDI:

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Atenciosamente,

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
Carimbo, nome e assinatura do representante legal:

\_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade (número e órgão expedidor)

**ANEXO - DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7 DA CF - QUE ATENDERÁ, NA DATA DA CONTRATAÇÃO O ARTIGO 5º C E SE COMPROMETE A NÃO DISPONIBILIZAR EMPREGADO COM VEDAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 5º D, LEI FEDERAL Nº 6.019/1974.**

Nome Completo \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante (Razão social), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_, Processo nº \_\_\_\_\_:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal.

b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.6 deste Edital.

c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho; e

d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

(Local e Data)

Carimbo, nome e assinatura do representante legal:

ANEXO - CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA N º xxx/2025  
PROCESSO N º \_\_\_\_\_

Certifico para os devidos fins, que a empresa,(razão social), representada pelos representante(s)xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade, xxxxxxxx, órgão emissor//UF, e representante(s) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx compareceu no local aonde serão realizados os serviço (objeto da licitação) .

.(Local e data).

(nome completo, assinatura e cargo do funcionário da SIN responsável por acompanhar a visita)

(Nome completo, assinatura e qualificação do proposto da licitante)

ANEXO - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ na condição de representante legal de (nome empresarial), interessado em participar da concorrência nº 0xx/2024, Processo nº \_\_\_\_\_, **DECLARO** que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços

.(Local e data).

(Nome completo, assinatura e qualificação do proposto da licitante)